



Eletrobras
Eletronorte

**Demonstrações Financeiras
Intermediárias
2º Trimestre
2016**



CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. – ELETRONORTE
CNPJ Nº 00.357.038/0001-16
EMPRESA DO SISTEMA ELETROBRAS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
INTERMEDIÁRIAS EM 30.06.2016

- 1 – BALANÇOS PATRIMONIAIS**
- 2 – DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**
- 3 – DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**
- 4 – DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**
- 5 – DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**
- 6 – DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**
- 7 – NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO**

ÍNDICE

BALANÇOS PATRIMONIAIS	3
BALANÇOS PATRIMONIAIS (continuação).....	4
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS PERÍODOS.....	5
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	8
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO.....	9
NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS	10
NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS	11
NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	14
NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	14
NOTA 5 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	14
NOTA 6 – CLIENTES	16
NOTA 7 – ATIVO FINANCEIRO – CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO	18
NOTA 8 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - ATIVO.....	21
NOTA 9 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	22
NOTA 10 – OUTROS ATIVOS	24
NOTA 11 – CRÉDITOS JUNTO À CERON	25
NOTA 12 – REPACTUAÇÃO DO RISCO HIDROLÓGICO.....	25
NOTA 13 – INVESTIMENTOS	26
NOTA 14 – IMOBILIZADO	30
NOTA 15 – INTANGÍVEL	31
NOTA 16 – FORNECEDORES	32
NOTA 17 – FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS	33
NOTA 18 – DEBÊNTURES	36
NOTA 19 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - PASSIVO.....	37
NOTA 20 – OBRIGAÇÕES COM A CONTROLADORA	37
NOTA 21 – PROVISÕES	38
NOTA 22 – ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	42
NOTA 23 - OUTROS PASSIVOS.....	43
NOTA 24 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO	44
NOTA 25 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	45
NOTA 26 – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA DE GASTOS	46
NOTA 27 – RESULTADO FINANCEIRO	49
NOTA 28 - IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA JURÍDICA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO	50
NOTA 29 – COMPROMISSOS OPERACIONAIS DE LONGO PRAZO	51
NOTA 30 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	52
NOTA 31 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	55
NOTA 32 – EVENTOS SUBSEQUENTES.....	66

BALANÇOS PATRIMONIAIS

A T I V O	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	17.692	51.683	18.534	70.633
Títulos e valores mobiliários	5	509.030	1.064.934	509.030	1.064.934
Clientes	6	1.016.967	806.499	1.022.533	806.817
Ativo financeiro-concessão de serviço público	7	243.093	309.036	304.117	363.411
Impostos e contribuições sociais	8	199.762	171.339	206.027	179.254
Almoxarifado		108.931	108.470	108.931	108.470
Instrumentos financeiros derivativos	9	72.602	21.307	72.602	21.307
Créditos junto à Ceron	11	177.680	21.286	177.680	21.286
Repactuação do Risco Hidrológico	12	34.313	26.805	34.313	26.805
Outros ativos	10	381.217	377.072	284.980	281.906
		2.761.287	2.958.431	2.738.747	2.944.823
NÃO CIRCULANTE					
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO					
Títulos e valores mobiliários	5	250	240	250	240
Clientes	6	260.634	233.345	260.634	233.345
Ativo financeiro-concessão de serviço público	7	8.268.244	5.086.364	8.961.896	5.738.859
Impostos e contribuições sociais	8	327.096	1.328.320	327.096	1.328.320
Instrumentos financeiros derivativos	9	68.936	25.004	68.936	25.004
Cauções e depósitos vinculados		499.770	473.135	508.498	480.481
Adiantamentos para futuro aumento de capital		109.188	37.079	109.188	37.079
Créditos junto à Ceron	11	1.938.415	1.963.373	1.938.415	1.963.373
Repactuação do Risco Hidrológico	12	31.601	59.103	31.601	59.103
Outros ativos	10	232.100	199.868	232.100	203.314
		11.736.234	9.405.831	12.438.614	10.069.118
INVESTIMENTOS	13	4.949.572	4.244.923	4.499.560	3.805.382
IMOBILIZADO	14	6.898.999	7.169.916	6.899.197	7.169.916
INTANGÍVEL	15	339.370	274.080	339.370	274.080
		23.924.175	21.094.750	24.176.741	21.318.496
TOTAL		26.685.462	24.053.181	26.915.488	24.263.319

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS (continuação)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
CIRCULANTE					
Fornecedores	16	543.821	584.532	547.984	587.433
Financiamentos e empréstimos	17	661.062	601.457	668.940	602.509
Debêntures	18	13.650	14.555	13.650	14.555
Impostos e contribuições sociais	19	425.870	339.692	430.460	343.065
Remuneração aos acionistas	20	86.789	10.884	86.789	10.884
Folha de pagamento e obrigações estimadas		194.055	245.395	194.055	245.395
Encargos setoriais		295.149	293.778	295.816	293.778
Instrumentos financeiros derivativos	9	113	1.748	113	1.748
Adiantamentos de clientes	22	60.504	54.832	60.504	54.832
Obrigações com a Controladora	20	154.030	36.080	154.030	36.080
Provisões operacionais	21.1	451.340	451.340	451.340	451.340
Obrigações pela aquisição de ativos e participação		61.486	279.229	61.486	279.229
Outros passivos	23	544.366	477.721	544.397	477.854
		3.492.235	3.391.243	3.509.564	3.398.702
NÃO CIRCULANTE					
Fornecedores	16	253.166	332.556	253.166	332.556
Financiamentos e empréstimos	17	4.140.727	4.190.699	4.332.327	4.386.224
Debêntures	18	188.581	205.248	188.581	205.248
Obrigações estimadas		11.219	15.270	11.219	15.270
Provisões para riscos	21.2	878.534	1.226.462	899.631	1.233.616
Instrumentos financeiros derivativos	9	53.743	78.521	53.743	78.521
Adiantamentos de clientes	22	623.456	659.082	623.456	659.082
Benefícios pós-emprego		25.591	25.591	25.591	25.591
Obrigações com a Controladora	20	1.493.290	1.507.384	1.493.290	1.507.384
Obrigações pela aquisição de ativos e participação		58.899	59.212	58.899	59.212
Outros passivos	23	879.875	387.232	879.875	387.232
		8.607.081	8.687.257	8.819.778	8.889.936
TOTAL DO PASSIVO		12.099.316	12.078.500	12.329.342	12.288.638
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	24	11.576.263	11.576.263	11.576.263	11.576.263
Reservas de lucros		354.075	394.354	354.075	394.354
Dividendos adicionais propostos		-	30.210	-	30.210
Outros resultados abrangentes		(26.146)	(26.146)	(26.146)	(26.146)
Resultado do período		2.681.954	-	2.681.954	-
		14.586.146	11.974.681	14.586.146	11.974.681
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		26.685.462	24.053.181	26.915.488	24.263.319

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS PERÍODOS

	Nota	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
		01/01/2016 à 30/06/2016	01/01/2015 à 30/06/2015	01/04/2016 à 30/06/2016	01/04/2015 à 30/06/2015	01/01/2016 à 30/06/2016	01/01/2015 à 30/06/2015	01/04/2016 à 30/06/2016	01/04/2015 à 30/06/2015
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	25	5.425.993	2.739.213	4.222.132	1.371.781	5.490.067	2.832.089	4.262.694	1.425.528
Custo com energia elétrica									
Energia elétrica comprada para revenda		(83.739)	(890.015)	(38.920)	(480.800)	(83.739)	(890.015)	(38.920)	(480.800)
Encargos de uso da rede de transmissão		(247.306)	(262.122)	(125.066)	(129.992)	(247.306)	(262.122)	(125.066)	(129.992)
		(331.045)	(1.152.137)	(163.986)	(610.792)	(331.045)	(1.152.137)	(163.986)	(610.792)
Custo de operação									
Pessoal, material e serviços de terceiros		(394.264)	(369.420)	(251.647)	(191.382)	(394.264)	(369.420)	(251.647)	(191.382)
Utilização de recursos hídricos		(109.092)	(144.357)	(51.963)	(79.310)	(109.092)	(144.357)	(51.963)	(79.310)
Depreciação e amortização		(214.690)	(214.499)	(112.486)	(108.375)	(214.690)	(214.499)	(112.486)	(108.375)
Outros		(48.614)	(59.475)	(44.897)	(62.379)	(48.614)	(59.475)	(44.897)	(62.379)
		(766.660)	(787.751)	(460.993)	(441.446)	(766.660)	(787.751)	(460.993)	(441.446)
Custo do serviço prestado a terceiros		(34.449)	(11.675)	(18.739)	(6.305)	(34.449)	(11.675)	(18.739)	(6.304)
Custo de construção		(95.629)	(54.543)	(93.711)	(32.949)	(135.743)	(126.675)	(121.642)	(76.089)
CUSTO OPERACIONAL	26	(1.227.783)	(2.006.106)	(737.429)	(1.091.492)	(1.267.897)	(2.078.238)	(765.360)	(1.134.631)
LUCRO BRUTO		4.198.210	733.107	3.484.703	280.289	4.222.170	753.851	3.497.334	290.897
DESPESA OPERACIONAL	26	(537.589)	(227.225)	(358.534)	(33.368)	(542.339)	(229.172)	(361.889)	(35.100)
RESULTADO DO SERVIÇO		3.660.621	505.882	3.126.169	246.921	3.679.831	524.679	3.135.445	255.797
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	13	39.593	50.645	(25.386)	11.794	29.122	57.440	(30.444)	19.035
RESULTADO FINANCEIRO	27	88.035	(283.535)	(25.637)	(126.353)	79.296	(309.127)	(29.855)	(142.470)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		3.788.249	272.992	3.075.146	132.362	3.788.249	272.992	3.075.146	132.362
Imposto de renda e contribuição social	28	(84.876)	(2.016)	(132.639)	10.447	(84.876)	(2.016)	(132.639)	10.447
Imposto de renda e contribuição social diferidos	28	(1.021.419)	(79.707)	(916.894)	(82.307)	(1.021.419)	(79.707)	(916.894)	(82.307)
		(1.106.295)	(81.723)	(1.049.533)	(71.860)	(1.106.295)	(81.723)	(1.049.533)	(71.860)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		2.681.954	191.269	2.025.613	60.502	2.681.954	191.269	2.025.613	60.502
Lucro básico por ação (em reais)		17,42	1,24	13,16	0,39	17,42	1,24	13,16	0,39
Lucro diluído por ação (em reais)		17,13	1,22	12,94	0,39	17,13	1,22	12,94	0,39

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

	CONTROLADORA / CONSOLIDADO			
	01/01/2016 à 30/06/2016	01/01/2015 à 30/06/2015	01/04/2016 à 30/06/2016	01/04/2015 à 30/06/2015
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	2.681.954	191.269	2.025.613	60.502
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	2.681.954	191.269	2.025.613	60.502
Parcela atribuída aos controladores	2.532.824	180.633	1.912.979	57.138
Parcela atribuída aos não controladores	149.130	10.636	112.634	3.364
	2.681.954	191.269	2.025.613	60.502

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Nota	Capital Social	Reservas de Lucros			Dividendos Adicionais	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
		Reserva Legal	Incentivo fiscal	Retenção de Lucros				
Saldo em 31 de dezembro de 2014	11.563.279	128.340	204.622	913.554	456.777	-	(39.607)	13.226.965
Integralização de adiantamento para futuro aumento de capital	12.984	-	-	-	-	-	-	12.984
Reversão de reserva de lucro	20	-	-	(913.554)	913.554	-	-	-
Dividendos adicionais declarados	20	-	-	-	(1.370.331)	-	-	(1.370.331)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	191.269	-	191.269
Saldo em 30 de junho de 2015	11.576.263	128.340	204.622	-	-	191.269	(39.607)	12.060.887
Saldo em 31 de dezembro de 2015	11.576.263	133.424	220.651	40.279	30.210	-	(26.146)	11.974.681
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	2.681.954	-	2.681.954
Destinação do lucro líquido:								
Reversão de reserva de retenção de lucros	-	-	-	(40.279)	-	-	-	(40.279)
Dividendos propostos	-	-	-	-	(30.210)	-	-	(30.210)
Saldo em 30 de junho de 2016	11.576.263	133.424	220.651	-	-	2.681.954	(26.146)	14.586.146

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/01/2016 à 01/01/2015 à		01/01/2016 à 01/01/2015 à	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Resultado antes dos impostos	3.788.249	272.992	3.788.249	272.992
Ajustes para conciliar o lucro com o caixa gerado pelas operações				
Depreciação e amortização	225.636	221.124	225.643	221.124
Acréscimos moratórios em faturas de energia vendida	(53.593)	(31.887)	(53.608)	(31.887)
Varição monetária ativa	(196.573)	79.706	(191.431)	79.706
Varição monetária passiva	34.021	-	38.101	-
Encargos de dívidas	313.002	260.279	313.002	268.134
Resultado de equivalência patrimonial	(39.593)	(50.645)	(90.441)	(57.440)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	14.645	17.971	14.645	17.971
Provisões operacionais	145.726	44.957	146.482	45.299
Baixa de ativo imobilizado e intangível	18.933	897	18.933	897
Ganhos (perdas) com derivativos	(121.641)	84.290	(121.641)	84.290
Remuneração do Ativo Financeiro	(3.167.566)	(143.057)	(3.191.930)	(163.801)
Compra vantajosa na aquisição de investimento	-	(169.576)	-	(169.576)
Outros despesas (receitas) financeiras	(1.683)	(43.311)	(1.580)	(24.455)
	959.563	543.740	894.424	543.254
Variações nos ativos e passivos operacionais				
Clientes	(162.216)	(12.400)	(167.449)	(12.400)
Outros ativos	1.007.643	680.322	1.008.668	706.395
Fornecedores	(120.101)	(106.397)	(118.839)	(122.803)
Outros passivos	(1.254.037)	(1.706)	(1.253.811)	(1.706)
	(528.711)	559.819	(531.431)	569.486
Caixa proveniente das atividades operacionais	430.852	1.103.559	362.993	1.112.740
Pagamento de encargos de empréstimos e financiamentos	(170.611)	(161.609)	(170.611)	(161.609)
Pagamento de encargos de IR e CS	(86.445)	-	(86.445)	-
Recebimento de indenizações das renovação de concessões	-	212.245	-	212.245
Recebimento de receita anual permitida	156.629	125.101	234.620	125.101
Recebimento remuneração de participações societárias	25.914	12.712	25.914	12.712
Pagamento de contingências	(3.414)	-	(3.414)	-
Cauções de depósitos vinculados	(26.635)	(7.149)	(14.556)	(7.840)
	(104.562)	181.300	(14.492)	180.609
Caixa líquido das atividades operacionais	326.290	1.284.859	348.501	1.293.349
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Financiamentos e empréstimos obtidos	417.655	276.034	417.655	276.034
Pagamento de financiamentos e empréstimos - principal	(428.738)	(345.477)	(428.738)	(345.477)
Caixa líquido das atividades de financiamento	(11.083)	(69.443)	(11.083)	(69.443)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Títulos e valores mobiliários - aplicações financeiras	555.894	153.309	555.894	153.309
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(38.942)	(649.567)	(39.147)	(649.567)
Aquisição de ativo financeiro	(105.000)	(57.285)	(145.114)	(129.416)
Participações societárias	(689.111)	(616.203)	(689.111)	(616.203)
Adiantamentos para futuro aumento de capital concedidos	(72.039)	(91.176)	(72.039)	(4.942)
Caixa líquido das atividades de investimento	(349.198)	(1.260.922)	(389.517)	(1.246.819)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(33.991)	(45.506)	(52.099)	(22.913)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	51.683	296.951	70.633	344.024
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	17.692	251.445	18.534	321.111

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO DOS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO

	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		01/01/2016 à 30/06/2016	01/01/2015 à 30/06/2015	01/01/2016 à 30/06/2016	01/01/2015 à 30/06/2015
RECEITAS					
Receitas de vendas de energia e serviços	25	5.758.199	3.133.247	5.824.643	3.226.123
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	26	(14.645)	(17.971)	(14.645)	(17.971)
		5.743.554	3.115.276	5.809.998	3.208.152
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
Custo de construção	26	(95.629)	(54.543)	(135.743)	(126.675)
Energia elétrica comprada para revenda	26	(83.739)	(890.015)	(83.739)	(890.015)
Encargos de uso da rede de transmissão	26	(247.306)	(262.122)	(247.306)	(262.122)
Material	26	(17.359)	(11.665)	(17.386)	(11.676)
Serviços de terceiros	26	(129.251)	(108.339)	(132.655)	(109.689)
Combustível	26	(3.717)	(67.911)	(3.717)	(67.911)
Outros		(53.802)	7.327	(54.137)	7.269
		(630.803)	(1.387.268)	(674.683)	(1.460.819)
VALOR ADICIONADO BRUTO		5.112.751	1.728.008	5.135.315	1.747.333
RETENÇÕES					
Depreciação e amortização	26	(225.637)	(221.124)	(225.644)	(221.124)
Provisões operacionais	26	(145.726)	(44.957)	(146.482)	(45.299)
		(371.363)	(266.081)	(372.126)	(266.423)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO		4.741.388	1.461.927	4.763.189	1.480.910
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Resultado de participações societárias	13	39.593	50.645	29.122	57.440
Compra vantajosa na aquisição de investimento	26	-	169.576	-	169.576
Receitas financeiras	27	456.587	320.730	452.031	303.914
		496.180	540.951	481.153	530.930
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		5.237.568	2.002.878	5.244.342	2.011.840
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Pessoal:					
Remuneração do trabalho	26	500.796	447.810	500.858	447.853
		500.796	447.810	500.858	447.853
Impostos, taxas e contribuições:					
Deduções à receita operacional	25	332.206	394.034	334.576	394.034
Tributos	26	5.822	4.179	5.822	4.219
Taxa de fiscalização	26	5.748	9.464	5.823	9.464
Utilização de recursos hídricos	26	109.092	144.357	109.092	144.357
Encargos sobre despesa de pessoal	26	99.207	95.605	99.207	95.613
Imposto de renda e contribuição social	28	1.106.295	81.723	1.106.295	81.723
		1.658.370	729.362	1.660.815	729.410
Remuneração de capitais de terceiros:					
Despesas financeiras	27	368.552	604.265	372.735	613.041
Arrendamentos e aluguéis	26	27.896	30.172	27.980	30.267
		396.448	634.437	400.715	643.308
Remuneração de capitais próprios					
Lucros a distribuir		2.681.954	191.269	2.681.954	191.269
		2.681.954	191.269	2.681.954	191.269
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO		5.237.568	2.002.878	5.244.342	2.011.840

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 2015

NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS

A Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte (“Companhia”) é uma sociedade de economia mista, de capital fechado, autorizada a funcionar pelo Decreto nº 72.548 de 30 de julho de 1973, como concessionária de serviços públicos de energia elétrica, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras. Sua sede está localizada em Brasília – DF, no SCN Quadra 06 – Conj. A – Blocos B e C, Entrada norte 2, Asa Norte, CEP: 70.716-901.

A Companhia atua, simultaneamente, no Sistema Interligado Nacional (SIN) e no Sistema Isolado. O Sistema Isolado está localizado no estado de Roraima, enquanto os estados do Pará, Maranhão, Mato Grosso, Tocantins, Rondônia, Acre, Amapá e São Paulo fazem parte do SIN.

As operações da Companhia com geração de energia elétrica contam com 04 usinas hidrelétricas, e 06 usinas termelétricas.

A comercialização de energia elétrica ocorre por meio de contratos firmados com as concessionárias de distribuição, dos contratos de reserva de potência e fornecimento de energia elétrica, firmados com consumidores industriais, diretamente atendidos pela Companhia, de contratos oriundos de leilões de energia realizados pela CCEE e de leilões de compra e venda de energia elétrica, realizados por comercializadores ou consumidores livres. As eventuais diferenças entre a energia gerada e a vendida, na forma dos contratos descritos, são comercializadas por intermédio do mercado de curto prazo, no âmbito da CCEE.

A transmissão de energia em corrente alternada é administrada pela Companhia por um sistema composto de 10.647,74 Km de linhas de transmissão e 56 subestações no SIN, 190,20 Km de linhas de transmissão e 01 subestações no sistema isolado, totalizando 10.837,9 km de linhas de transmissão e 57 subestações.

A Companhia possui Contratos de Concessão da Transmissão que asseguram o direito de receber Receita Anual Permitida (RAP).

A Companhia detém participação societária em Sociedades de Propósitos Específicos de geração e de transmissão de energia elétrica (nota 13).

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Estas demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstrações Intermediárias, e estão sendo apresentadas sem a repetição de determinadas notas explicativas anteriormente divulgadas, mas com a evidenciação das alterações relevantes ocorridas no período. Portanto, estas demonstrações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, que contemplam o conjunto completo das notas explicativas.

Adicionalmente, a Companhia elaborou e está divulgando, como informação suplementar, as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) intermediária referente ao período de 01 de janeiro de 2016 a 30 de junho de 2016, preparadas sob a responsabilidade de sua Administração, uma vez que não são requeridas pela legislação societária brasileira para companhias de capital fechado.

A preparação de demonstrações financeiras intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas estimativas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como são significativas para as demonstrações financeiras intermediárias são:

- Vida útil do ativo imobilizado;
- Ativo financeiro da concessão;
- Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas;
- Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros;
- Perda para créditos de liquidação duvidosa; e
- Ativos fiscais diferidos.

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As demonstrações financeiras intermediárias foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 15 de agosto de 2016.

2.1. Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

2.1.1. Operação Lava Jato

Em 2014 foi deflagrada a chamada “Operação Lava Jato”, que investiga, segundo informações públicas, a existência de um suposto esquema de corrupção envolvendo empresas responsáveis, principalmente, por obras no setor de infraestrutura no Brasil.

Em razão das notícias divulgadas na imprensa em 2015 em conexão com tal Operação, envolvendo empresas que também prestam serviços para a Eletrobras Termonuclear S.A. – Eletronuclear (“Eletronuclear”) (UTN Angra 3), controlada da Eletrobras, e para determinadas sociedades de propósito específico nas quais a Eletrobras ou suas controladas detêm participação, foram abertas 3 (três) comissões de correição na Eletrobras, a fim de verificar os processos de contratação de empreiteiras pelas referidas empresas. Considerando as limitações dos métodos de trabalho dessas Comissões, o Conselho de Administração da Eletrobras decidiu pela contratação de um escritório com a expertise necessária para conduzir uma investigação independente com o intuito de avaliar a eventual existência de irregularidades que violem o Foreign Corruption Practice Act (FCPA), a Lei anti-corrupção brasileira e/ou o código de ética da Eletrobras em determinados empreendimentos, tendo o escritório de advocacia Hogan Lovells sido contratado em 10 de junho de 2015 com essa finalidade.

Tal investigação independente é supervisionada por uma Comissão Independente para Gestão da Investigação, cuja criação foi aprovada pelo Conselho de Administração da Eletrobras em 31 de julho de 2015, com a finalidade de garantir a independência dos trabalhos desenvolvidos pelo escritório Hogan Lovells. Esta Comissão é composta pela Dra. Ellen Gracie Northfleet, ministra aposentada do Supremo Tribunal Federal, pelo Dr. Durval José Soledade Santos, ex-diretor da Comissão de Valores Mobiliários, e pelo Dr. Manoel Jeremias Leite Caldas, representante dos acionistas minoritários.

Ainda sobre a Operação Lava-Jato, importa mencionar que em 29 de abril de 2015, em razão de notícias que tratavam de um suposto esquema de corrupção, o então Diretor-Presidente da Eletronuclear, Sr. Othon Luiz Pinheiro da Silva, solicitou seu licenciamento e em 04 de agosto de 2015 renunciou ao cargo. O Sr. Othon Luiz Pinheiro da Silva atualmente é réu de ação penal na qual a Eletrobras participa na qualidade de assistente de acusação.

Quanto à construção da Usina de Angra 3, importa mencionar que a Eletronuclear suspendeu os contratos de montagem eletromecânica e de obra civil, tendo o consórcio ANGRAMON proposto uma ação requerendo a rescisão de seu contrato. Tal ação não teve antecipação de tutela deferida e tampouco sentença proferida.

Outrossim, em decorrência de notícias citando o suposto envolvimento do ex-Diretor da Eletrobras Eletronorte, controlada da Eletrobras, o Sr. Adhemar Palocci, e do Diretor da Eletrobras, Sr. Valter Luiz Cardeal, na prática de supostos atos ilícitos em conexão com a Operação Lava-Jato, em 31 de julho de 2015 ambos solicitaram licença de seus cargos como diretores da Eletronorte e Eletrobras, respectivamente, e no dia 05 de agosto de 2015 o Sr. Valter Luiz Cardeal solicitou licença também dos Conselhos de Administração das empresas CGTEE, Amazonas GT e Eletrosul, todas controladas da Eletrobras. Os Srs. Adhemar Palocci e Valter Luiz Cardeal, inicialmente foram afastados de suas funções e já foram desligados da Eletronorte e Eletrobras, respectivamente.

Em 06 de julho de 2016 a Polícia Federal deflagrou a operação denominada "Pripyat" no qual a Polícia Federal cumpriu mandados de prisão, concedidos pelo Exmo. Sr. Juiz da 7ª Vara Federal da Comarca do Rio de Janeiro, contra ex-administradores e administradores que já se encontravam afastados da Eletronuclear e contra terceiros.

Os mandados de prisão expedidos foram contra os ex-diretores da Eletronuclear, Srs. Othon Pinheiro da Silva e Pêrsio José Gomes Jardim, bem como contra os administradores e funcionários da Eletronuclear Srs. Luiz Antônio de Amorim Soares, Edno Negrini, Luiz Manuel Amaral Mesias e José Eduardo Brayner Costa Mattos, que já estavam afastados da Eletronuclear, por decisão tomada pelo Conselho de Administração da Companhia anteriormente e que, recentemente, também foram desligados.

No âmbito de Operação denominada "Pripyat", a Polícia Federal também cumpriu mandados de condução coercitiva para prestar depoimentos e esclarecimentos contra empregada afastada da Eletronuclear, contra terceiros e também contra os Senhores Valter Luiz Cardeal, diretor de geração da Eletrobras licenciado, e Pedro Figueiredo, então Presidente da Eletronuclear, que foi afastado na mesma data, do referido cargo, por decisão judicial que de acordo com informações noticiadas pelo Ministério Público Federal, o afastamento foi a fim que se evitasse que o mesmo interferisse nas investigações em curso e a Eletrobras.

Na medida em que os trabalhos de investigação conduzidos pelo escritório Hogan Lovells evoluírem e, caso conduzam a achados e produzam informações e dados suficientes para que a Companhia avalie, de acordo com a legislação do Brasil e dos Estados Unidos da América, a eventual ocorrência de impactos sobre as Demonstrações Financeiras Intermediárias, será dado aos mesmos o tratamento legal e regulamentar pertinente.

Atualmente, como as ações relacionadas à investigação ainda estão em andamento, não foi possível identificar e refletir nestas Demonstrações Financeiras Intermediárias eventuais impactos, se houver, relacionados a este tema.

2.1.2 Arquivamento Formulário 20-F

A Eletrobras está mantendo contato com a Securities and Exchange Commission – SEC e a Bolsa de Valores de Nova York (“NYSE”), a fim de discutir os procedimentos necessários para possibilitar o arquivamento dos Formulários 20-F relativos aos exercícios sociais de 2014 e 2015 e evitar a deslistagem dos ADR’s – American Deposit Receipts emitidos pela Companhia junto à NYSE.

Os trabalhos de investigação em curso, conduzidos pelo Hogan Lovells, ainda não estão substancialmente completos, portanto, as informações disponíveis não são suficientes para que a Eletrobras avalie, de acordo com a legislação do Brasil e dos Estados Unidos da América, a eventual ocorrência de impactos sobre as Demonstrações Financeiras Intermediárias. Não obstante os esforços da Eletrobras e a dedicação de todos os recursos financeiros, de pessoal e de terceiros, o cronograma da investigação em referência foi fortemente impactado por dificuldades enfrentadas na investigação de determinadas Sociedades de Propósito Específico nas quais a Eletrobras detém participação acionária minoritária devido às limitações decorrentes da legislação societária brasileira, assim como, a dificuldade de acesso a depoimentos e delações premiadas, mantidas sob sigilo, no âmbito da operação “Lava Jato”.

A Eletrobras vem envidando todos os esforços para desenvolver procedimentos e metodologias, de forma endereçar, satisfatoriamente, o assunto.

Por não ter ocorrido o arquivamento tempestivo do formulário 20F de 2014 da Eletrobras, a NYSE suspendeu em 18 de maio de 2016 a autorização para a negociação dos American Deposit Shares (“ADS”) emitidos pela Eletrobras junto à NYSE (ticker EBR e EBR-B), enquanto inicia-se o processo de deslistagem.

Em 02 de junho a Eletrobras apresentou o formulário “Request for Review” junto à NYSE, com os temas que pretende contemplar no recurso a ser apresentado no âmbito do processo de deslistagem dos American Deposit Shares (“ADS”) emitidos pela Eletrobras.

Em 15 de junho a Bolsa de Valores de Nova York agendou para 13 de outubro a audiência do recurso interposto pela Eletrobras sobre o processo de deslistagem das ADSs da Eletrobras.

Caso a decisão da NYSE em definitiva seja da deslistagem, a Eletrobras poderá alterar seu Programa de ADRs para que os referidos ADRs possam continuar sendo negociados no mercado Over the Counter – OTC.

Em qualquer caso, a Eletrobras continuará trabalhando para que a investigação em curso seja concluída de forma independente e para apresentar seus Formulários 20-F, na forma requerida pela legislação pertinente.

NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias são as mesmas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anuais da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, que devem ser lidas em conjunto com estas demonstrações financeiras intermediárias.

Nas demonstrações financeiras intermediárias individuais da controladora as informações financeiras de controladas em conjunto e coligadas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial e apresentam defasagem de 30 dias, exceto em situações específicas conforme descrito na nota 13.3.

3.1. Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas, referente ao período findo em 30 de junho de 2016, foram preparadas de acordo com as normas vigentes e incluem as informações financeiras da Companhia e da Linha Verde Transmissora de Energia S.A.

NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Caixa e depósitos bancários à vista	14.242	41.827	15.084	42.304
Aplicações financeiras de curto prazo	3.450	9.856	3.450	28.329
TOTAL	17.692	51.683	18.534	70.633

As aplicações de curto prazo da controlada são compostas pelos Certificados de Depósitos Bancários – CDB – DI, remunerados à taxa média de 99% a.a. do Certificado de Depósito Interfinanceiro – CDI.

As receitas financeiras dessas aplicações estão registradas no resultado financeiro (nota 27).

NOTA 5 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	CONTROLADORA / CONSOLIDADO	
	30/06/2016	31/12/2015
Fundos de Investimentos		
Fundos exclusivos	64.798	217.035
Outros fundos	444.232	847.899
CIRCULANTE	509.030	1.064.934
Outros	250	240
NÃO CIRCULANTE	250	240
TOTAL	509.280	1.065.174

As receitas financeiras dessas aplicações estão registradas no resultado financeiro (nota 27).

5.1. Circulante

A Companhia e suas investidas classificam os títulos e valores mobiliários como instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado mantidos para negociação com base nas estratégias da Administração para esses ativos, que estão registrados inicialmente pelo custo de aquisição, acrescidos de juros e atualização monetária, mensurados ao valor justo.

As aplicações financeiras são realizadas, principalmente, em fundos de investimentos, lastreadas em títulos do Tesouro Nacional, realizadas com o Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito. A rentabilidade média do primeiro semestre de 2016 foi de 8,80%, o que correspondeu a 131% do rendimento do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (94% no exercício de 2015).

Instrumentos Financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	CONTROLADORA / CONSOLIDADO							
	30/06/2016				31/12/2015			
	Valor de Custo	Valor Justo	Ajuste Líquido	% Participação	Valor de Custo	Valor Justo	Ajuste Líquido	% Participação
Banco do Brasil - Fundos Exclusivos								
Extramercado Exclusivo 10 4211	33.546	36.109	2.563	100,00	78.513	74.281	(4.232)	100,00
LTN	19.212	20.161	949		54.381	52.614	(1.767)	
NTNB	-	-	-		-	-	-	
NTNF	14.334	15.948	1.614		24.132	21.667	(2.465)	
Extramercado Exclusivo 16	28.651	28.689	38	100,00	142.875	142.754	(121)	100,00
LTN	25.043	25.082	39		142.875	142.754	(121)	
NTNF	3.608	3.607	(1)		-	-	-	
Outros Fundos	444.349	444.232	(117)		848.384	847.899	(485)	
Total	506.546	509.030	2.484	-	1.069.772	1.064.934	(4.838)	-

NOTA 6 – CLIENTES

As contas a receber de clientes decorrem da venda de energia elétrica e da disponibilização do sistema de transmissão a consumidores e concessionários de energia elétrica, conforme demonstrado a seguir:

		CONTROLADORA				
Nota		30/06/2016			31/12/2015	
	VINCENDOS	VENCIDOS		TOTAL	TOTAL	
		ATÉ 90 DIAS	HÁ MAIS DE 90 DIAS			
Consumidores						
	Industrial	89.067	-	72	89.139	101.952
		89.067	-	72	89.139	101.952
Concessionárias e permissionárias						
	Suprimento de energia	357.602	69.516	1.389	428.507	429.096
	Uso da rede elétrica	80.197	1.446	16.848	98.491	108.580
	Conexão ao sistema de transmissão	3.350	346	361	4.057	3.152
6.1	Comercialização de energia	65.002	158.503	79.143	302.648	98.176
Renegociação - Suprimento						
6.3	Boa Vista Energia S.A.	106.617	-	-	106.617	76.220
	Centrais Elétricas do Pará S.A. (Celpa)	7.349	-	-	7.349	7.350
	Companhia de Eletricidade do Amapá (Cea)	-	-	245.567	245.567	225.514
		620.117	229.811	343.308	1.193.236	948.088
6.2	(-) Perda para créditos de liquidação duvidosa	-	(30)	(264.848)	(264.878)	(242.930)
	(-) Ajuste a valor presente	(530)	-	-	(530)	(611)
	Total circulante	708.654	229.781	78.532	1.016.967	806.499
Concessionárias e permissionárias						
Renegociação - Suprimento						
6.3	Boa Vista Energia S.A.	257.149	-	-	257.149	226.288
	Centrais Elétricas do Pará S.A. (Celpa)	3.675	-	-	3.675	7.350
		260.824	-	-	260.824	233.638
6.2	(-) Perda para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	-
	(-) Ajuste a valor presente	(190)	-	-	(190)	(293)
	Total não circulante	260.634	-	-	260.634	233.345
	Total	969.288	229.781	78.532	1.277.601	1.039.844

		CONSOLIDADO				
Nota	30/06/2016			31/12/2015		
	VINCENDOS	VENCIDOS		TOTAL	TOTAL	
		ATÉ 90 DIAS	HÁ MAIS DE 90 DIAS			
Consumidores						
Industrial	89.067	-	72	89.139	101.952	
	89.067	-	72	89.139	101.952	
Concessionárias e permissionárias						
Suprimento de energia	357.602	69.516	1.389	428.507	429.096	
Uso da rede elétrica	80.197	1.446	16.848	98.491	108.898	
Conexão ao sistema de transmissão	8.836	423	364	9.623	3.152	
Comercialização de energia	6.1 65.002	158.503	79.143	302.648	98.176	
Renegociação - Suprimento						
Boa Vista Energia S.A.	6.3 106.617	-	-	106.617	76.220	
Centrais Elétricas do Pará S.A. (Celpa)	7.349	-	-	7.349	7.350	
Companhia de Eletricidade do Amapá (Cea)	-	-	245.567	245.567	225.514	
	625.603	229.888	343.311	1.198.802	948.406	
(-) Perda para créditos de liquidação duvidosa	6.2 -	(30)	(264.848)	(264.878)	(242.930)	
(-) Ajuste a valor presente	(530)	-	-	(530)	(611)	
Total circulante	714.140	229.858	78.535	1.022.533	806.817	
Concessionárias e permissionárias						
Renegociação - Suprimento						
Boa Vista Energia S.A.	6.3 257.149	-	-	257.149	226.288	
Centrais Elétricas do Pará S.A. (Celpa)	3.675	-	-	3.675	7.350	
	260.824	-	-	260.824	233.638	
(-) Perda para créditos de liquidação duvidosa	6.2 -	-	-	-	-	
(-) Ajuste a valor presente	(190)	-	-	(190)	(293)	
Total não circulante	260.634	-	-	260.634	233.345	
Total	974.774	229.858	78.535	1.283.167	1.040.162	

6.1. Comercialização de energia

O aumento no saldo da conta de comercialização de energia é decorrente da inadimplência referente à venda de energia junto a CCEE no exercício de 2016. No período foram reconhecidas receitas que montam R\$ 223.567 e atualizações monetárias no montante de R\$ 25.158.

6.2. Perda para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)

Constituído com base na análise individualizada dos créditos relevantes, vencidos a partir de 30 dias, sendo provisionados aqueles onde não há certeza no seu recebimento, em função do histórico de pagamento e inadimplência.

O montante contabilizado é considerado suficiente, pela Administração, para cobertura de eventuais perdas na realização destes ativos.

CONTROLADORA / CONSOLIDADO	
Saldo em 31/12/2014	(34.837)
Constituição	(229.072)
Reversão/Baixa	20.979
Saldo em 31/12/2015	(242.930)
Constituição	(21.948)
Reversão/Baixa	-
Saldo em 30/06/2016	(264.878)

Foi constituída perda no montante de R\$ 225.514, em dezembro de 2015, referente à terceira parcela de renegociação realizada junto a CEA que venceu em janeiro de 2015.

6.3. Renegociação

Refere-se às renegociações dos créditos junto à Boa Vista Energia S.A., no exercício de 2015. A posição dos créditos decorrentes das negociações perfazem um montante de R\$ 257.149 em 30 de junho de 2016, já acrescidos de juros e multas.

NOTA 7 – ATIVO FINANCEIRO – CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

Os saldos e movimentações dos ativos financeiros vinculados à concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica são os seguintes:

	CONTROLADORA							30/06/2016	
	Movimentação no exercício								
	31/12/2015	Ingressos	Remuneração do Ativo Financeiro	Amortizações	Baixas	Transferências	Impairment		Período de depreciação
Transmissão									
Ativo financeiro indenizável	440.301	-	-	-	-	518.412	-	-	958.713
Ativo financeiro indenizável (RBSE)	1.732.910	-	3.034.562	-	-	-	-	-	4.767.472
Ativo financeiro	3.071.421	95.629	133.004	(156.629)	-	(518.412)	-	-	2.625.013
Ativo financeiro - UHE C. Nunes	1.867	848	-	-	-	-	-	-	2.715
Ativo financeiro - RBNI/RBSE	148.901	8.523	-	-	-	-	-	-	157.424
Total	5.395.400	105.000	3.167.566	(156.629)	-	-	-	-	8.511.337
Circulante	309.036								243.093
Não circulante	5.086.364								8.268.244

	CONSOLIDADO							30/06/2016
	Movimentação no exercício							
	31/12/2015	Ingressos	Remuneração do Ativo Financeiro	Amortizações	Baixas	Transferências	Impairment	
Transmissão								
Ativo financeiro indenizável	440.301	-	-	-	-	518.412	-	958.713
Ativo financeiro indenizável (RBSE)	1.732.910	-	3.034.562	-	-	-	-	4.767.472
Ativo financeiro	3.778.291	135.743	157.368	(234.620)	-	(518.412)	-	3.379.689
Ativo financeiro - UHE C. Nunes	1.867	848	-	-	-	-	-	2.715
Ativo financeiro - RBNI/RBSE	148.901	8.523	-	-	-	-	-	157.424
Total	6.102.270	145.114	3.191.930	(234.620)	-	-	-	9.266.013
Circulante	363.411							304.117
Não circulante	5.738.859							8.961.896

7.1. Bens do sistema existente em 31 de maio de 2000

7.1.1. Ativos RBSE

O Ministério de Minas e Energia publicou no dia 20 de abril de 2016, a Portaria nº 120/2016, que regra o pagamento às empresas de transmissão de energia elétrica pelos bens reversíveis existentes em 31 de maio de 2000 (denominados Rede Básica Sistemas Existentes – RBSE). São abrangidos pela portaria os ativos reversíveis que não estavam depreciados até 31 de dezembro de 2012, quando essas empresas tiveram antecipados os vencimentos de contratos de concessão, nos termos da Lei nº 12.783/13 (de conversão da MP 579/12).

A remuneração desses ativos se dará pela seguinte forma:

- (i) pelo custo do capital correspondente aos ativos, composto por remuneração e depreciação acrescidos dos devidos tributos a partir do processo tarifário de 2017;
 - (a) a remuneração será dada através do Custo Médio Ponderado de Capital;
 - (b) a depreciação será paga em função da vida útil de cada ativo incorporado a Base de Remuneração Regulatória;
- (ii) o custo de capital não incorporado desde as prorrogações das concessões até o processo tarifário será atualizado e remunerado pelo custo de capital próprio;
 - (a) a partir do processo tarifário de 2017 o custo de capital será remunerado pelo Custo Médio Ponderado de Capital pelo prazo de oito anos.
- (iii) para as empresas que ainda não tiveram os valores homologados foi considerado como melhor estimativa da administração o laudo de fiscalização emitido pela ANEEL;

A portaria cita que os valores devidos vão compor a base de remuneração regulatória das empresas, ou seja, serão repassados às tarifas de energia dos consumidores e que isso será iniciado a partir do processo tarifário de 2017. Além de compensar os ativos, a portaria também estabelece que o custo de capital incorrido pelas empresas possa ser incluído nos referidos valores.

Como base na portaria referida a Companhia elaborou sua melhor estimativa apresentando os valores atualizados, os quais levaram em consideração as premissas elencadas na Portaria MME nº 120/16. Essa avaliação espelha a posição da Administração quanto aos valores a serem apreciados e homologados de forma final pela ANEEL, após audiência pública. Ao final do processo da ANEEL, quando os valores finais e exatos forem efetivamente apurados, ou à medida que cheguem melhores informações à Administração que permitam o aprimoramento das estimativas de mensuração efetuadas, os valores contabilizados serão revistos e ajustados, com efeitos positivos ou negativos refletidos prospectivamente, com impacto no resultado do período em que tais fatos aconteçam. O quadro abaixo representa os números atuais:

	31/12/2015
Ativo Financeiro - RBSE	
Rede básica - RBSE - Saldo histórico (A)	1.732.910
	30/06/2016
Rede básica - RBSE - Laudo atualizado	3.235.732
Depreciação do laudo Atualizado	(1.010.814)
Base de remuneração	2.224.918
Quota de Reintegração Regulatória	1.010.814
Remuneração do Capital Investido	941.480
Atualização monetária	590.260
Custo de capital não incorporado	2.542.554
Valor total do ativo financeiro (B)	4.767.472
Remuneração reconhecida (B - A)	3.034.562
Efeito tributário (34%)	(1.031.751)
Valor líquido reconhecido no resultado	2.002.811

7.2. Aquisição de ativos

7.2.1. Aquisição de ativos e passivos vinculados à concessão

Em 2014, a Companhia adquiriu junto a Eletrosul Centrais Elétricas S.A. ativos e passivos originados pelo contrato de concessão nº 10/2009 pelo valor de R\$ 327.048, corrigido monetariamente a partir de julho de 2014 até a data do seu pagamento, mediante aplicação do índice SELIC, para quitação em 03 parcelas, com vencimentos em 2015, 2016 e 2017. Até 30 de junho de 2016 a Companhia efetuou a quitação de R\$ 218.056 sendo R\$ 160.056 neste trimestre. O restante da dívida monta R\$ 120.385.

Considerando que a concretização dos termos foi finalizada na data de 30 de junho de 2015, a Companhia efetuou o recálculo do *valuation* e os valores justos dos ativos e passivos adquiridos vinculados à concessão, na data de aquisição e após atualização do *valuation*, foram os seguintes:

Em 30 de junho de 2015	Valor justo na data de aquisição	Valor justo após atualização
Ativos adquiridos a valor justo		
Ativo financeiro	608.825	608.825
Outros valores a receber	7.510	9.205
	616.335	618.030
Passivos adquiridos a valor justo		
Empréstimos e financiamentos	258.088	258.088
	258.088	258.088
Ativos / (Passivos) líquidos adquiridos	358.247	359.942
Valor justo da contraprestação	358.247	359.942

Em conformidade ao referido contrato de compra e venda, o *valuation*, o qual gerou o preço de negociação dos ativos líquidos, considerando que a transação ocorreu após 31 de dezembro de 2014, foi atualizado e seus reflexos foram registrados no exercício de 2015.

NOTA 8 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - ATIVO

Os impostos e contribuições a recuperar estão demonstrados, considerando as eventuais perdas de realização e estão assim representados:

	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Retenções na fonte (IR / CS)		188.984	165.072	195.225	172.826
PIS/PASEP/COFINS		6.043	3.244	6.043	3.245
ICMS		61	75	64	122
Outros		4.674	2.948	4.695	3.061
Total circulante		199.762	171.339	206.027	179.254
ICMS		38.568	18.372	38.568	18.372
Ativos fiscais diferidos	8.1	288.528	1.309.948	288.528	1.309.948
Total não circulante		327.096	1.328.320	327.096	1.328.320
Total		526.858	1.499.659	533.123	1.507.574

8.1. Tributos diferidos

Foram constituídos ativos e passivos fiscais diferidos (imposto de renda e contribuição social), conforme demonstrado a seguir:

	Nota	CONTROLADORA / CONSOLIDADO	
		30/06/2016	31/12/2015
Ativo fiscal diferido			
Instrumentos financeiros derivativos		18.311	27.292
Efeitos atuariais		16.046	16.045
Outros ativos fiscais diferidos	8.1.1	1.405.733	1.486.303
		1.440.090	1.529.640
Passivo fiscal diferido			
Instrumentos financeiros derivativos		48.123	15.746
Ativo financeiro da transmissão		1.031.751	132.258
Efeitos atuariais		13.217	13.217
Compra vantajosa de ativos		58.471	58.471
		1.151.562	219.692
Ativo (passivo) fiscal diferido líquido		288.528	1.309.948

Tais efeitos contemplam a aplicação das alíquotas de 9% para contribuição social e 25% para imposto de renda. O cálculo da alíquota efetiva de impostos sobre o lucro do exercício está evidenciado na nota 28.

8.1.1. Outros ativos fiscais diferidos

Em 2015, com base na revisão do referido estudo, foi possível estimar a realização dos créditos tributários disponíveis para compensação futura, obtendo o resultado conforme abaixo:

Ativos fiscais diferidos	CONTROLADORA / CONSOLIDADO	
	30/06/2016	31/12/2015
Prejuízos Fiscais	383.710	432.803
Provisão p/ crédito de liq. duvidosa	155.053	160.504
Contingências	219.634	306.615
Outras provisões	135.260	52.976
Provisão de PLR	27.137	27.138
Risco GSF	112.835	112.835
Total do IR diferido	1.033.628	1.092.871
Bases de cálculo negativas	138.135	155.808
Provisão p/ crédito de liq. duvidosa	55.819	57.781
Contingências	79.068	110.382
Outras provisões	48.694	19.072
Provisão de PLR	9.769	9.768
Risco GSF	40.621	40.621
Total do CS diferida	372.105	393.432
Total	1.405.733	1.486.303

NOTA 9 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Atualmente existem na Companhia dois contratos de derivativos embutidos.

Os saldos dos instrumentos financeiros derivativos embutidos são os seguintes:

Nota	CONTROLADORA/CONSOLIDADO						
	30/06/2016			31/12/2015			
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante		
Ativo							
Energia Elétrica	9.1	72.602	68.936	141.538	21.307	25.004	46.311
		72.602	68.936	141.538	21.307	25.004	46.311
Passivo							
Debêntures	9.2	113	53.743	53.856	1.748	78.521	80.269
		113	53.743	53.856	1.748	78.521	80.269

9.1. Contratos de fornecimento de energia elétrica

A Companhia celebrou, no exercício de 2004, contratos de longo prazo para fornecimento de energia elétrica para dois de seus principais clientes: o Consórcio de Alumínio do Maranhão – Alumar, formado pelas empresas BHP Billiton, Alcoa e a Alumínio Brasileiro S.A. – Albrás. Parte da receita desses contratos de longo prazo está associada ao pagamento de um prêmio atrelado ao preço internacional do alumínio, cotado na London Metal Exchange (LME), como ativo básico para fins de definição dos valores mensais do prêmio.

O prêmio é considerado um derivativo embutido, pois a sua precificação deriva do preço do alumínio que é definido neste caso como o ativo básico, também conhecido como ativo subjacente.

O cálculo do prêmio desses contratos inclui o conceito de *cap and floor band*, relacionado ao preço do alumínio cotado na LME. O preço máximo e mínimo da LME está limitado a US\$ 2.773,21/ton e US\$ 1.450/ton, respectivamente.

Considerando que o prêmio está associado ao preço da commodity do alumínio da LME, é possível atribuir o *fair value* destes contratos. Em junho de 2016 o valor da LME fechou cotado em US\$ 1.600,51/ton, o que representou uma variação positiva de 7,03% em relação ao valor verificado em dezembro de 2015, quando o preço da commodity alcançou US\$ 1.495,35/ton.

Em contrapartida, no mesmo período de análise, houve uma apreciação do Real em relação ao Dólar com a cotação passando de R\$ 3,90 para R\$ 3,21, ou seja, 17,61% de variação negativa sobre a precificação do derivativo embutido. No entanto, a variação positiva no preço do alumínio contribuiu mais fortemente no resultando proporcionando um aumento na expectativa do valor justo para os derivativos embutidos no período.

O ganho apurado na operação com derivativos embutidos em junho de 2016 foi de R\$ 95.227 (2015 – perda de R\$ 96.294) e está apresentada na demonstração do resultado do exercício (nota 27).

9.2. Contratos de debêntures

A Estação Transmissora de Energia S.A., antiga investida da Companhia, que foi incorporada em 31 de março de 2014, firmou contrato de emissão de debêntures em junho de 2011, e liberação de recursos a partir de 2013, junto ao Banco da Amazônia S.A. (BASA), a qual administra os recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), com a finalidade de captação de recursos para implementação do projeto de estação retificadora e aterramento da subestação coletora.

Os detalhes do contrato de debêntures e as informações da dívida, atualizada até 30 de junho de 2016, estão descritos na nota 18.

O contrato possui cláusula contratual referente à possibilidade da conversão destas debêntures em ações da Companhia, a critério da SUDAM, limitados a 50% das debêntures emitidas, de acordo com a avaliação da Companhia é possível atribuir um valor ao montante que seria atribuído a SUDAM em caso desta conversão, por esses motivos há a identificação de um derivativo embutido no contrato.

Para determinação do valor do derivativo foram utilizadas as seguintes métricas: cálculo do *valuation* da investida, apuração do valor da sua ação e o cálculo do valor presente do contrato.

O ganho apurado nesta operação com derivativos em junho de 2016 é de R\$ 26.414 (2015 – ganho de R\$ 12.004), e é decorrente dos pagamentos do contrato principal, deduzidos dos juros reconhecidos no período o que reduz a obrigação ao longo do tempo. Além disso, a expectativa de variação para as taxas indexadoras do contrato reduziu para o período de dois anos (SELIC de 14,25% para 10,75% em 2018, e TJLP de 8,5% para 7,5% em 2018). O resultado dessa operação está registrado no resultado financeiro (nota 27).

NOTA 10 – OUTROS ATIVOS

	Nota	<u>CONTROLADORA</u>		<u>CONSOLIDADO</u>	
		<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
CIRCULANTE					
Pesquisa e desenvolvimento - P&D		108.304	115.578	108.304	115.578
Empregados		4.708	33.296	4.708	33.296
Serviços prestados a terceiros		19.919	50.556	19.919	50.556
Despesas pagas antecipadamente		12.639	12.429	12.639	12.491
Dispêndios reembolsáveis		149.186	65.502	149.186	65.502
Financiamentos e empréstimos		104.932	98.109	4.147	2.881
Numerários Vinculados às Garantias e Convênios	10.1	16.987	22.352	21.488	22.352
Outros		108.292	136.572	108.339	136.572
(-) Provisão p/créditos de liquidação duvidosa		(143.750)	(157.322)	(143.750)	(157.322)
TOTAL DO CIRCULANTE		381.217	377.072	284.980	281.906
NÃO CIRCULANTE					
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO					
Despesas pagas antecipadamente		16.355	16.355	16.355	16.355
Créditos renegociados - Boa Vista Energia S.A.		-	42.858	-	42.858
Numerários Vinculados às Garantias e Convênios	10.1	231.841	156.812	231.841	156.812
Outros		6.799	6.406	6.799	9.852
(-) Provisão p/créditos de liquidação duvidosa		(22.895)	(22.563)	(22.895)	(22.563)
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		232.100	199.868	232.100	203.314
TOTAL GERAL		613.317	576.940	517.080	485.220

10.1. Numerários Vinculados às Garantias e aos Convênios

	<u>CONTROLADORA</u>		<u>CONSOLIDADO</u>	
	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Numerários vinculados - Garantias e Convênios	16.987	22.352	21.488	22.352
CIRCULANTE	16.987	22.352	21.488	22.352
Numerários vinculados - Garantias e Convênios	2	17.169	2	17.169
Aplicações de numerários vinculados - Garantias e Convênios	231.839	139.642	231.839	139.642
NÃO CIRCULANTE	231.841	156.811	231.841	156.811
TOTAL	248.828	179.163	253.329	179.163

Os numerários vinculados às garantias e aos convênios são aqueles recursos que não podem ser utilizados imediatamente pela Companhia, pois são valores constantes em conta correntes e aplicações financeiras de garantias e convênios.

Os recursos provenientes dos convênios firmados com a Eletrobras, Ministério de Minas e Energia, Agência Nacional de Águas e outras entidades, estão aplicados em poupança no Banco da Amazônia S.A., no Banco do Nordeste do Brasil S.A., na Caixa Econômica Federal e no Banco do Brasil S.A.

NOTA 11 – CRÉDITOS JUNTO À CERON

Em dezembro de 2015 foi firmado Instrumento de Reconhecimento e Parcelamento de Dívida e outras Avenças junto à CERON objetivando a regularização do débito em 120 parcelas, iguais e sucessivas, atualizadas pela taxa SELIC, tendo a primeira, vencimento em 30 de novembro de 2016, sendo a CERON a garantidora do pagamento. Neste instrumento foi considerada a atualização (Selic) dos créditos conforme estabelecido na Portaria Interministerial nº 652 – MME/MEF de 10 de dezembro de 2014.

Também em dezembro de 2015 a Administração da Companhia assinou junto à Eletrobras e à CERON o Instrumento de Cessão de Créditos para Dação em pagamento de Dividendos, o qual estabelece que os créditos a receber junto à CERON serão destinados ao pagamento parcial dos dividendos devidos à Eletrobras, observado o mesmo cronograma de recebimento dos créditos da CERON.

Até o encerramento das demonstrações financeiras intermediárias o crédito a receber junto à CERON possui a seguinte composição:

		CONTROLADORA/CONSOLIDADO		
		Circulante	Não Circulante	Total
Saldo em 31/12/2015		21.286	1.963.373	1.984.659
Atualização monetária do período		3.274	128.162	131.436
Transferências		66.315	(66.315)	-
Saldo total em 30/06/2016		90.875	2.025.220	2.116.095
Parcela de dação em pagamento dividendos 2014	20	(90.875)	(1.272.245)	(1.363.120)
Saldo líquido em 30/06/2016		-	752.975	752.975

NOTA 12 – REPACTUAÇÃO DO RISCO HIDROLÓGICO

A lei 13.203, de 08 de dezembro de 2015, instituiu a figura da repactuação do risco hidrológico que permite que as empresas constituam uma espécie de seguro contra eventuais reduções de garantias físicas a partir de 2016. A lei também permite que seja utilizado como pagamento do prêmio parte dos desembolsos realizados no exercício de 2015 (R\$ 312.414), relativos à redução da Garantia Física, e caso esse montante não seja absorvido dentro do período de carência para o produto escolhido, a geradora terá uma prorrogação do seu prazo de concessão.

A Companhia optou por aderir à repactuação em 12 de janeiro de 2016 para dois de seus contratos firmados no Ambiente de Contratação Regulado - ACR, um de 783 MW e duração até dezembro de 2016 e outro de 280 MW com duração até dezembro de 2019, totalizando 1.063MW o que representa cerca de 25% da Garantia Física da UHE Tucuruí para o ano de 2016. O produto escolhido foi o SP100 em que 100% do risco de GSF é transferido para o consumidor final. Como os contratos se encerrarão antes da completa compensação dos montantes gastos em 2015, a Companhia se beneficiará ainda da prorrogação da concessão da UHE Tucuruí de 50 dias, com a totalidade da sua Garantia Física. Os valores relativos a junho de 2016 estão registrados conforme o quadro abaixo:

	CONTROLADORA / CONSOLIDADO					
	30/06/2016			31/12/2015		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Montante a ser ressarcido (A+B)	74.793	237.621	312.414	74.793	237.621	312.414
Extensão da Concessão (A)	-	178.518	178.518	-	178.518	178.518
	-	178.518	178.518	-	178.518	178.518
Pagamento do Prêmio (B)	74.793	59.103	133.896	74.793	59.103	133.896
Amortização do Prêmio	(67.982)	-	(67.982)	(47.988)	-	(47.988)
Transferências	27.502	(27.502)	-	-	-	-
	34.313	31.601	65.914	26.805	59.103	85.908
Saldo da Repactuação	34.313	210.119	244.432	26.805	237.621	264.426

Como os efeitos da Repactuação foram retroativos a 1º de janeiro de 2015, a Companhia procedeu a amortização das parcelas compreendidas no período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015, no montante de R\$ 47.988. Até junho de 2016, a amortização acumulada somou o montante de R\$ 67.982.

O valor da extensão da concessão foi registrado como direito de uso futuro no grupo de intangível (nota 15), enquanto o prêmio pago pela repactuação do Risco Hidrológico foi registrado como despesa antecipada de seguro.

NOTA 13 – INVESTIMENTOS

13.1. Composição dos saldos

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Participações societárias				
Controladas	450.012	439.541	-	-
Controladas em conjunto	4.310.091	3.627.326	4.310.091	3.627.326
Coligadas	116.899	105.488	116.899	105.488
	4.877.002	4.172.355	4.426.990	3.732.814
Bens e direitos para uso futuro				
Terrenos	61.970	61.970	61.970	61.970
Edificações, obras civis e benfeitorias	5.146	5.146	5.146	5.146
Máquinas e equipamentos	96.478	96.479	96.478	96.479
(-) Provisão para redução ao valor recuperável	(91.024)	(91.027)	(91.024)	(91.027)
	72.570	72.568	72.570	72.568
Total	4.949.572	4.244.923	4.499.560	3.805.382

13.2. Movimentação das participações societárias permanentes no consolidado:

	Saldo em 31/12/2015	Aquisição de participação societária	Aumento de capital via AFAC	Aumento de capital	Dividendos recebidos	Resultado de participações societárias	Transferência	Saldo em 30/06/2016
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial								
Participações societárias								
Controladas em conjunto								
Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A.	41.321	-	-	-	(7.534)	3.619	-	37.406
Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.	195.529	-	-	161.250	-	(1.450)	-	355.329
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	120.873	-	-	-	-	6.218	-	127.091
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	20.081	-	-	-	-	(355)	-	19.726
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.	33.270	-	-	-	-	(887)	-	32.383
Companhia Energética Sinop	89.526	-	-	10.379	-	(902)	-	99.003
Construtora Integração Ltda	49.461	-	-	-	(14.700)	(7.818)	-	26.943
Integração Transmissora de Energia S.A.	133.488	-	-	-	-	11.357	-	144.845
Manaus Construtora Ltda	25.802	-	-	-	-	(302)	-	25.500
Manaus Transmissora de Energia S.A.	376.923	-	-	-	-	(5.197)	-	371.726
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	887.528	-	-	-	-	15.587	-	903.115
Norte Energia S.A.	1.388.063	-	-	517.482	-	(4.172)	-	1.901.373
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	19.934	-	-	-	-	(592)	-	19.342
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	97.154	-	-	-	-	(254)	-	96.900
Transnorte Energia S.A.	148.373	-	-	-	-	1.036	-	149.409
Coligadas								
Energética Águas da Pedra S.A.	105.488	-	-	-	(3.680)	15.091	-	116.899
Total	3.732.814	-	-	689.111	(25.914)	30.979	-	4.426.990
Passivo a descoberto								
Participações societárias								
Controladas em conjunto								
Amapari Energia S.A.	(8.429)	-	-	-	-	(1.858)	-	(10.287)
Total	(8.429)	-	-	-	-	(1.858)	-	(10.287)

Conforme determinado no acordo de acionistas das investidas, os aumentos de capital são aprovados e efetuados por todos os seus investidores, na proporção de suas participações. Os saldos ora apresentados na coluna “Resultado de participações societárias” possuem reflexo em conta de resultado, com o mesmo título, na demonstração do resultado do exercício.

13.3. Resumo das informações financeiras das empresas investidas

a) Balanço patrimonial

Geração	Dados financeiros em 31/05/2016								
	Participação (%)	Caixa e equivalente de caixa	Outros ativos circulantes	Ativo não circulante	Empréstimos e financiamentos		Empréstimos e financiamentos		Patrimônio líquido
					(passivo circulante)	Outros passivos circulantes	(passivo não circulante)	Outros passivos não circulantes	
Amapari Energia S.A.	49,00	9.915	876	61	-	30.070	-	1.775	(20.993)
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	24,50	34.697	5.121	216.672	7.062	55.923	104.841	6.855	81.809
Brasventos Miasaba 3 Geradora de Energia S.A.	24,50	45.594	4.021	236.501	7.142	25.910	105.497	15.397	132.170
Companhia Energética Sinop S.A.*	24,50	64.098	4.279	1.144.088	-	50.115	358.916	20.808	782.626
Energética Águas da Pedra S.A.	24,50	52.670	43.556	776.997	34.645	25.530	323.130	12.779	477.139
Norte Energia S.A.	19,98	2.955	359.460	33.648.098	133.586	537.140	24.194.421	255.983	8.889.383
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	24,50	28.182	3.541	214.082	7.480	42.386	110.445	6.546	78.948
Transmissão									
AETE-Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A.	49,00	17.106	11.421	73.237	5.255	2.285	7.394	-	86.830
Belo Monte Transmissora de Energia S.A.	24,50	291.836	9.004	1.929.487	1.137.645	174.556	-	25.966	892.160
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	49,71	8.861	24.446	289.480	6.017	13.528	-	57.470	245.772
Construtora Integração Ltda	49,00	1.523	103.504	130	-	20.172	-	-	84.985
INTESA-Integração Transmissora de Energia S.A.	37,00	25.207	107.551	491.724	31.374	21.514	105.534	87.442	378.618
Linha Verde Transmissora de Energia S.A.*	100,00	5.343	72.901	702.579	108.663	9.451	191.600	21.097	450.012
Manaus Construtora Ltda	30,00	6	91.208	-	-	6.212	23.769	23.298	37.935
Manaus Transmissora de Energia S.A.	30,00	32.980	158.301	2.491.421	69.687	167.670	769.427	436.831	1.239.087
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	49,00	60.118	277.329	3.458.285	96.930	288.716	1.143.418	450.613	1.816.055
TME-Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	49,00	14.142	53.831	306.781	13.252	17.599	128.516	27.469	187.918
TNE-Transnorte Energia S.A.*	49,00	5.636	14.171	290.546	-	2.864	-	2.648	304.841

(*) Para estas investidas foram utilizadas as informações financeiras em 30 de junho de 2016.

b) Resultado do período

Geração	Dados financeiros em 31/05/2016										
	Participação (%)	Receita operacional líquida	Custo de operação	Lucro bruto	Despesas operacionais	Receita financeira	Despesa financeira	Lucro antes do imposto de renda	Impostos sobre o lucro	Lucro (prejuízo) líquido	Depreciação e amortização
Amapari Energia S.A.	49,00	-	(1.065)	(1.065)	(785)	568	(1.212)	(2.494)	-	(2.494)	-
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	24,50	10.987	(8.946)	2.041	(925)	1.733	(3.991)	(1.142)	-	(1.142)	(4.340)
Brasventos Miasaba 3 Geradora de Energia S.A.	24,50	10.628	(10.167)	461	(822)	2.286	(4.109)	(2.184)	-	(2.184)	(4.593)
Companhia Energética Sinop S.A.*	24,50	-	-	-	(2.756)	133	(105)	(2.728)	745	(1.983)	(90)
Energética Águas da Pedra S.A.	24,50	100.159	(40.677)	59.482	(1.154)	5.057	(20.367)	43.018	(7.177)	35.841	(8.456)
Norte Energia S.A.	19,98	65.402	(95.157)	(29.755)	-	37.480	(10.703)	(2.978)	(1.519)	(4.497)	(2.084)
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	24,50	10.739	(8.894)	1.845	(764)	1.407	(4.206)	(1.718)	-	(1.718)	(4.185)
Transmissão											
AETE-Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A.	49,00	12.311	(1.424)	10.887	(1.138)	629	(276)	10.102	(756)	9.346	(49)
Belo Monte Transmissora de Energia S.A.	24,50	-	(2.446)	(2.446)	-	54.344	(44.796)	7.102	(14.315)	(7.213)	(65)
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	49,71	17.498	(2.270)	15.228	(364)	449	(451)	14.862	(4.358)	10.504	-
Construtora Integração Ltda	49,00	358	(1.952)	(1.594)	(1.980)	36	(13)	(3.551)	-	(3.551)	(1)
INTESA-Integração Transmissora de Energia S.A.	37,00	37.436	(7.719)	29.717	(814)	1.593	(6.179)	24.317	(5.253)	19.064	-
Linha Verde Transmissora de Energia S.A.*	100,00	63.999	(40.114)	23.885	(4.675)	1.001	(9.740)	10.471	-	10.471	-
Manaus Construtora Ltda	30,00	-	(17)	(17)	(2)	-	(19)	-	-	(19)	-
Manaus Transmissora de Energia S.A.	30,00	36.503	(7.580)	28.923	5.541	3.394	(32.082)	5.776	(1.730)	4.046	-
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	49,00	85.401	(17.812)	67.589	905	4.550	(58.366)	14.678	(1.225)	13.453	(482)
TME-Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	49,00	23.856	(5.834)	18.022	-	1.230	(5.621)	13.631	(2.191)	11.440	-
TNE-Transnorte Energia S.A.*	49,00	4.390	(794)	3.596	(474)	6	(45)	3.083	(1.045)	2.038	-

(*) Para estas investidas foram utilizadas as informações financeiras em 30 de junho de 2016.

13.4. Incorporação da SPE Linha Verde Transmissora de Energia S.A.

A Companhia planeja que a incorporação da adquirida Linha Verde Transmissora de Energia S.A. seja realizada até o encerramento do exercício em 2016.

13.5. Aquisição de participação acionária – Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.

A Diretoria Executiva aprovou, no dia 1º de julho de 2014, a aquisição da participação acionária da Eletrosul Centrais Elétricas S.A. na Sociedade de Propósito Específico (SPE) Norte Brasil Transmissora de Energia S.A., envolvendo a aquisição pela Companhia de 24,5% de participação neste investimento.

O referido contrato de Compra e Venda de Ações estabeleceu, ainda, o compromisso de venda, pela Eletrosul Centrais Elétricas S.A., e o compromisso de compra pela Companhia, de 24,5% do capital social da Norte Brasil Transmissora de Energia S.A. pelo valor de R\$ 147.615, já deduzidos das antecipações efetuadas no montante de R\$ 112.098, corrigido monetariamente a partir de julho de 2014 até a data do seu pagamento, mediante aplicação do índice SELIC, para quitação em 03 parcelas, com vencimentos em 2015, 2016 e 2017.

À luz das normas contábeis vigentes, a Administração concluiu que na data de 21 de maio de 2015, a Companhia passou a deter direitos substantivos sobre a participação acionária adquirida da Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.

A avaliação que determinou o montante a ser pago, apresentado no laudo datado de 30 de outubro de 2014, apontou valor justo de contraprestação inferior ao valor da ação da empresa. O ganho gerado (compra vantajosa) nesta operação foi de R\$ 158.112, após a atualização do *valuation*, registrado no resultado de 2015 da Companhia.

Em conformidade ao referido contrato de compra e venda, o *valuation*, o qual gerou o preço de negociação dos ativos líquidos, foi recalculado, considerando que a transação ocorreu após 31 de dezembro de 2014, até a data base de 20 de junho de 2015, data da transferências das ações.

NOTA 14 – IMOBILIZADO

A movimentação dos bens que compõem o ativo imobilizado da Companhia estão demonstradas abaixo:

	CONTROLADORA					Saldo em 30/06/2016	%
	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências		
Geração e comercialização							
Em serviço	17.370.652	709	(17.822)	-	(79.232)	17.274.307	
Depreciação acumulada	(9.970.208)	-	692	(207.533)	2.937	(10.174.112)	2,42
Em curso	141.163	22.608	-	-	(1.688)	162.083	
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão	(166.151)	-	-	-	-	(166.151)	
Depreciação Acumulada (Obrigações Especiais)	28.011	-	-	-	-	28.011	
Total Geração e comercialização	7.403.467	23.317	(17.130)	(207.533)	(77.983)	7.124.138	
Administração Central							
Em serviço	246.852	-	-	-	1.206	248.058	
Depreciação acumulada	(148.538)	-	-	(7.159)	(26)	(155.723)	11,00
Em curso	266.255	13.893	(1.803)	-	(2.174)	276.171	
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão	(403)	-	-	-	-	(403)	
Depreciação Acumulada (Obrigações Especiais)	140	-	-	-	-	140	3,00
Total Administração	364.306	13.893	(1.803)	(7.159)	(994)	368.243	
Indenização da UHE Coaracy Nunes	(35.492)	-	-	-	-	(35.492)	
Perda sobre indenização Coaracy Nunes	(77.553)	-	-	-	-	(77.553)	
Provisão para redução ao valor recuperável	(484.812)	-	-	4.475	-	(480.337)	
Total	7.169.916	37.210	(18.933)	(210.217)	(78.977)	6.898.999	

(*) Média anual de depreciação.

CONSOLIDADO

	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Saldo em 30/06/2016
Geração e comercialização						
Em serviço	17.370.652	709	(17.822)	-	(79.232)	17.274.307
Depreciação acumulada	(9.970.208)	-	692	(207.533)	2.937	(10.174.112)
Em curso	141.163	22.608	-	-	(1.688)	162.083
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão	(166.151)	-	-	-	-	(166.151)
Depreciação Acumulada (Obrigações Especiais)	28.011	-	-	-	-	28.011
Total Geração e comercialização	7.403.467	23.317	(17.130)	(207.533)	(77.983)	7.124.138
Administração Central						
Em serviço	246.852	205	-	(7)	1.206	248.256
Depreciação acumulada	(148.538)	-	-	(7.159)	(26)	(155.723)
Em curso	266.255	13.893	(1.803)	-	(2.174)	276.171
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão	(403)	-	-	-	-	(403)
Depreciação Acumulada (Obrigações Especiais)	140	-	-	-	-	140
Total Administração	364.306	14.098	(1.803)	(7.166)	(994)	368.441
Indenização da UHE Coaracy Nunes	(35.492)	-	-	-	-	(35.492)
Perda sobre indenização Coaracy Nunes	(77.553)	-	-	-	-	(77.553)
Provisão para redução ao valor recuperável	(484.812)	-	-	4.475	-	(480.337)
Total	7.169.916	37.415	(18.933)	(210.224)	(78.977)	6.899.197

A Companhia possui registrado em seu Ativo Imobilizado o valor contábil bruto de R\$ 867.062 (2015 – R\$ 705.211) referente aos ativos totalmente depreciados ainda em operação.

NOTA 15 – INTANGÍVEL

CONTROLADORA / CONSOLIDADO

	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 30/06/2016
Vinculados à Concessão - Geração					
Em serviço					
Custo	178.946	-	-	79.232	258.178
Amortização	(149)	(10.189)	-	311	(10.027)
	178.797	(10.189)	-	79.543	248.151
Vinculados à Concessão - Transmissão					
Em serviço					
Custo	3.165	-	-	(2.250)	915
Amortização	(2.260)	(47)	-	1.987	(320)
	905	(47)	-	(263)	595
Outros					
Ágio direito de exploração	87.460	-	-	-	87.460
Amortização	(3.507)	(1.755)	-	-	(5.262)
	83.953	(1.755)	-	-	82.198
Não Vinculados à Concessão					
Em serviço					
Custo	58.970	1.732	-	2.047	62.749
Amortização	(48.545)	(3.428)	-	(2.350)	(54.323)
	10.425	(1.696)	-	(303)	8.426
Total	274.080	(13.687)	-	78.977	339.370

A Companhia registrou, em 2015, um ativo intangível no montante de R\$ 178.518, referente à Repactuação do Risco Hidrológico, que corresponde à extensão do prazo de concessão de contrato de energia ACR conforme descrito na nota 12. Esse valor será amortizado de acordo com o contrato ao qual o originou e está registrado no resultado do exercício da Companhia.

Os valores referentes à aquisição e implantação e/ou direito de uso de softwares possuem taxa média anual de amortização de 20%.

As despesas correspondentes à amortização dos bens do intangível estão registradas em contrapartida a esta conta, no resultado do exercício, no grupo de “Custos e despesas operacionais” (nota 26).

A Companhia avalia, em bases anuais, eventuais mudanças no ambiente econômico e/ou financeiro que indiquem a não recuperação do valor contábil dos ativos intangíveis. Não foram identificados ajustes de redução ao valor recuperável destes ativos.

15.1. Alocação do ágio

Em 2015, após a apuração do valor do ágio sobre a aquisição de participação societária na Linha Verde Transmissora de Energia S.A., a Companhia identificou que o valor de R\$ 87.460, é atribuível ao direito de exploração da concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica nos termos do contrato nº 021/2009 que tem duração de 30 anos a partir da data de assinatura, e será amortizado durante o prazo do contrato de concessão.

No exercício foi reconhecido o montante de R\$ 1.755 (2015 - R\$ 3.507), referente à amortização do ágio ora reconhecido.

NOTA 16 – FORNECEDORES

	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Encargos de uso da rede elétrica	16.1	46.486	47.445	46.486	47.445
Fornecedores de energia elétrica	16.2	245.170	232.486	245.170	232.486
Fornecedores de materiais e serviços	16.3	252.145	186.412	256.308	189.313
Fornecedores de combustíveis	16.4	20	118.189	20	118.189
Total circulante		543.821	584.532	547.984	587.433
Fornecedores de energia elétrica	16.2	253.166	332.556	253.166	332.556
Total não circulante		253.166	332.556	253.166	332.556
Total		796.987	917.088	801.150	919.989

16.1. Encargos de uso da rede elétrica

Refere-se a obrigações perante Concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica, em função do encargo pelo transporte da potência de energia elétrica e dos valores a ele relacionados, conforme avisos de débitos emitidos pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

16.2. Fornecedores de energia elétrica

Refere-se a obrigações decorrentes da compra de energia elétrica no âmbito da CCEE, da importação de energia elétrica da Venezuela para a revenda à Boa Vista Energia S.A, e, também, da energia comprada com compromisso de pagamento de longo prazo.

Em setembro de 2014, a Companhia realizou um leilão de compra e venda de energia no mercado de curto prazo para aquisição de 200 MW médios até dezembro de 2014. Foram registradas naquele exercício despesas no valor de R\$ 486.062, acrescido de juros, referente ao valor principal do contrato firmado junto a BTG Pactual Comercializadora de Energia Ltda., para pagamento a partir do exercício de 2016. Os detalhes da operação estão descritos nas demonstrações contábeis do exercício de 2015.

Em 2016, foram quitados R\$ 99.614 referente à entrega de energia para a BTG Comercializadora de Energia S.A.

16.3. Fornecedores de materiais e serviços

Refere-se a obrigações perante fornecedores, relacionadas à aquisição de materiais e prestação de serviços.

16.4. Fornecedores de combustíveis

Refere-se a obrigações perante fornecedores, relacionadas à aquisição de combustíveis para geração de energia no sistema isolado.

A redução observada na conta de combustíveis se deve a interligação do Amapá ao Sistema Interligado Nacional – SIN, em agosto de 2015.

NOTA 17 – FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

As principais informações a respeito dos financiamentos e empréstimos em moedas estrangeiras e moeda nacional são as seguintes:

17.1. Resumo da dívida de financiamentos e empréstimos

	CONTROLADORA					
	30/06/2016			31/12/2015		
	Encargos	Principal Circulante	Não circulante	Encargos	Principal Circulante	Não circulante
Moeda estrangeira						
Eletrobras	9.731	59.026	472.200	12.784	68.681	583.788
Instituições financeiras	-	1	-	-	4	-
Total Moeda estrangeira	9.731	59.027	472.200	12.784	68.685	583.788
Moeda nacional						
Eletrobras		294.247	1.843.534	-	284.644	2.036.171
Instituições financeiras	23.777	274.280	1.824.993	17.077	218.267	1.570.740
Total Moeda nacional	23.777	568.527	3.668.527	17.077	502.911	3.606.911
Total	33.508	627.554	4.140.727	29.861	571.596	4.190.699

	CONSOLIDADO					
	30/06/2016			31/12/2015		
	Encargos	Principal Circulante	Não circulante	Encargos	Principal Circulante	Não circulante
Moeda estrangeira						
Eletrobras	9.731	59.026	472.200	12.784	68.681	583.788
Instituições financeiras	-	1	-	-	4	-
Total Moeda estrangeira	9.731	59.027	472.200	12.784	68.685	583.788
Moeda nacional						
Eletrobras	-	294.247	1.843.534	-	284.644	2.036.171
Instituições financeiras	23.777	282.158	2.016.593	17.077	219.319	1.766.265
Total Moeda nacional	23.777	576.405	3.860.127	17.077	503.963	3.802.436
Total	33.508	635.432	4.332.327	29.861	572.648	4.386.224

Sobre os financiamentos e empréstimos incidem atualização monetária, encargos e taxas de 3,5% a 11,65% a.a., para o mercado interno; e variação cambial, encargos, imposto de renda e taxas de 2,48% a 8% a.a., para o mercado externo.

17.2. Vencimento das parcelas do passivo não circulante

ANO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
	2017	295.255	571.596	301.720
2018	555.489	471.450	568.706	484.667
2019	423.576	416.035	437.188	429.647
2020	390.478	390.613	404.496	405.325
2021	389.936	403.555	404.373	418.685
2022	378.383	1.937.450	393.250	2.063.481
Após 2022	1.707.610	-	1.822.594	-
Total	4.140.727	4.190.699	4.332.327	4.386.224

17.3. Movimentações dos financiamentos e empréstimos

	CONTROLADORA							
	MOEDA NACIONAL				MOEDA ESTRANGEIRA			
	Circulante		Não Circulante		Circulante		Não Circulante	
	Encargos	Principal	Total	Principal	Encargos	Principal	Total	Principal
Saldo em 31/12/2014	5.332	449.285	454.617	3.367.505	9.113	60.874	69.987	444.741
Aquisição PVTE	-	19.478	19.478	236.056	-	-	-	-
Captação/Devolução	-	529	529	522.668	-	-	-	-
Provisão de encargos	286.510	-	286.510	-	47.876	-	47.876	-
Variação monetária e cambial	-	10.255	10.255	159.472	7.617	24.075	31.692	201.912
Transferências	-	678.790	678.790	(678.790)	-	62.865	62.865	(62.865)
Amortizações / pagamentos	(274.765)	(655.426)	(930.191)	-	(51.822)	(79.129)	(130.951)	-
Saldo em 31/12/2015	17.077	502.911	519.988	3.606.911	12.784	68.685	81.469	583.788
Captação/Devolução	-	109	109	434.714	-	-	-	-
Provisão de encargos	157.541	-	157.541	-	24.077	-	24.077	-
Variação monetária e cambial	(4.542)	11.331	6.789	68.849	(2.818)	(9.656)	(12.474)	(79.482)
Transferências	-	441.947	441.947	(441.947)	-	32.106	32.106	(32.106)
Amortizações / pagamentos	(146.299)	(387.771)	(534.070)	-	(24.312)	(32.108)	(56.420)	-
Saldo em 30/06/2016	23.777	568.527	592.304	3.668.527	9.731	59.027	68.758	472.200

	CONSOLIDADO							
	MOEDA NACIONAL				MOEDA ESTRANGEIRA			
	Circulante		Não Circulante		Circulante		Não Circulante	
	Encargos	Principal	Total	Principal	Encargos	Principal	Total	Principal
Saldo em 31/12/2014	5.332	449.285	454.617	3.558.391	9.113	60.874	69.987	444.741
Ingressos	-	20.007	20.007	758.724	-	-	-	-
Provisão de encargos	286.510	1.052	287.562	4.639	47.876	-	47.876	-
Varição monetária e cambial	-	10.255	10.255	159.472	7.617	24.075	31.692	201.912
Transferências	-	678.790	678.790	(678.790)	-	62.865	62.865	(62.865)
Amortizações / pagamentos	(274.765)	(655.426)	(930.191)	-	(51.822)	(79.129)	(130.951)	-
Saldo em 31/12/2015	17.077	503.963	521.040	3.802.436	12.784	68.685	81.469	583.788
Captação	-	109	109	434.714	-	-	-	-
Provisão de encargos	157.541	2.901	160.442	-	24.077	-	24.077	-
Varição monetária e cambial	(4.542)	11.331	6.789	68.849	(2.818)	(9.656)	(12.474)	(79.482)
Transferências	-	445.872	445.872	(445.872)	-	32.106	32.106	(32.106)
Amortizações / pagamentos	(146.299)	(387.771)	(534.070)	-	(24.312)	(32.108)	(56.420)	-
Saldo em 30/06/2016	23.777	576.405	600.182	3.860.127	9.731	59.027	68.758	472.200

Os encargos de dívida e as variações monetárias sobre os financiamentos e empréstimos estão reconhecidos no resultado financeiro (nota 27).

17.4. Composição do saldo da dívida, por indexador e moeda

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Indexador				
TJLP	1.032.856	1.228.691	1.032.856	1.228.691
IPCA	1.802.154	1.856.353	1.802.154	1.856.353
SELIC	4.232	72.874	4.232	72.874
Outros	1.421.590	968.980	1.621.068	1.164.505
Moeda				
US\$	381.444	490.367	381.444	490.367
Euro	2	5	2	5
Yen	159.511	174.886	159.511	174.886
Total	4.801.789	4.792.156	5.001.267	4.987.681
Principal	4.768.281	4.762.294	4.967.759	4.957.819
Encargos	33.508	29.862	33.508	30.914
Total	4.801.789	4.792.156	5.001.267	4.988.733

A exposição da Companhia ao risco de liquidez e juros está divulgada na nota 33.3.

17.5. Mútuo entre Eletronorte e State Grid Brazil Holding

A Companhia celebrou, em 16 de dezembro de 2014, instrumento particular de mútuo com a empresa State Grid Brazil Holding, cujo objeto é a concessão de recursos à Eletronorte na importância total de até R\$ 294.700, a ser realizada em parcelas, mediante solicitações. Até 30 de junho de 2016, a State Grid havia aportado recursos na Companhia, conforme composição abaixo:

	Circulante	Não Circulante	Total
Saldo em 31/12/2015	-	135.828	135.828
Aportes / Captação	-	42.069	42.069
Atualização monetária do período	5.922	5.347	11.269
Transferências	-	-	-
Saldo total em 30/06/2016	5.922	183.244	189.166

17.6. Cláusulas Contratuais Restritivas - “Covenants”

A Companhia possui contratos de Financiamentos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e outras instituições, com Cláusulas Restritivas (“Covenants”) atreladas a condições operacionais. As medições são anuais e a Companhia vem cumprindo as condições.

NOTA 18 – DEBÊNTURES

Em 20 de janeiro de 2012, a SPE Estação Transmissora de Energia S.A., investida da Companhia já incorporada, em Assembleia de acionistas aprovou a emissão de Debêntures, para subscrição particular, de 221.789.000 (duzentos e vinte e um milhões, setecentos e oitenta e nove mil) debêntures de primeira emissão da SPE, com garantia real e fidejussória por fiança, em quatro séries, todas elas conversíveis em ações da SPE, com ou sem direito a voto, nos termos da Escritura Pública da Primeira Emissão Privada de Debêntures Conversíveis.

18.1. Resumo da dívida das debêntures

CONTROLADORA / CONSOLIDADO								
			30/06/2016			31/12/2015		
Financeira	Atualização	Vencimento	Principal	(-) Custos	Montante da dívida	Principal	(-) Custos	Montante da dívida
BASA/FDA	TJLP + 1,65% a.a	10/07/2031	204.377	(2.146)	202.231	221.949	(2.146)	219.803
Circulante					13.650	14.555		
Não circulante					188.581	205.248		

18.2. Movimentação das debêntures

CONTROLADORA / CONSOLIDADO		
	Circulante	Não Circulante
Saldo em 31/12/2015	14.555	205.248
Devolução/Refinanciamento	(7.005)	(10.163)
Provisão de encargos	8.455	-
Transferências	6.504	(6.504)
Amortizações / pagamentos	(8.859)	-
Saldo em 30/06/2016	13.650	188.581

NOTA 19 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - PASSIVO

Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Impostos retidos na fonte	18.455	23.668	22.532	26.560
PIS/PASEP/COFINS	120.941	67.815	121.352	67.939
ICMS	26	1.476	26	1.476
Contribuições previdenciárias	68.155	3.237	68.187	3.375
IRPJ / CSLL	207.755	239.289	207.755	239.289
ISS	(21)	4.092	(5)	4.232
Outros	10.559	115	10.613	194
TOTAL CIRCULANTE	425.870	339.692	430.460	343.065

NOTA 20 – OBRIGAÇÕES COM A CONTROLADORA

20.1. Obrigações com a controladora

Em 29 de abril de 2015, em reunião da Assembleia Geral Ordinária (AGO), os acionistas rejeitaram a proposta de destinação do resultado do exercício social de 2014, no que se refere à retenção de parcela do lucro, no montante de R\$ 913.554, e votaram pela distribuição, na forma de dividendos, de 100% do lucro ajustado nos termos da Lei 6.404/76, no montante de R\$ 1.827.108. Os reflexos contábeis dessa decisão foram registrados na data da reunião. Assim, o pagamento dos dividendos foi estruturado da seguinte forma (valores referenciados a 31 de maio de 2015):

- a) 25% em dinheiro, no montante de R\$ 478.816 em 31 de outubro de 2015;
- b) 75% em créditos, em 30 de dezembro de 2015, sendo:
 - R\$ 253.851 da Eletrobras Distribuição Roraima S.A.; e
 - R\$ 1.182.597 da Ceron - Termonorte II.

Os acionistas em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada em 26 de junho de 2015, deliberaram que os dividendos relativos ao exercício social de 2014, no valor atualizado de R\$ 1.915.264, a preço de 31 de maio de 2015, seriam pagos até 31 de outubro de 2015, sendo 25% em dinheiro e 75% com a transferência à Eletrobras de créditos da Eletronorte, corrigidos pela taxa Selic até a data do pagamento.

Durante o exercício de 2015 houve o pagamento do montante referente à parcela de 25% no valor atualizado de R\$ 511.853. Conforme outra deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30 de outubro de 2015, o saldo restante seria pago à Eletrobras na forma de cessão de créditos, e poderiam ser constituídos bilateralmente até 31 de dezembro de 2015, mantidas as demais condições da AGE de 26 de junho de 2015.

As referidas cessões de créditos, dadas em pagamento, foram efetuadas mediante assinatura dos dois Termos de Cessão de Direitos, com a anuência dos respectivos devedores, contendo, dentre as diversas condições inerentes ao assunto, há previsão da responsabilidade da Eletronorte pelo pagamento em caso da inadimplência dos devedores.

Até a liquidação total dos créditos cedidos, a Companhia ficará coobrigada sobre as contraprestações dos valores a Eletrobras em espécie ou em outros créditos. Os respectivos saldos serão atualizados até a data do pagamento conforme deliberação da assembleia.

O quadro abaixo demonstra o saldo devido atualizado bem como as parcelas de créditos a receber que foram cedidos para quitação do saldo devedor:

	CONTROLADORA/CONSOLIDADO		
	Circulante	Não Circulante	Total
Saldo em 31/12/2015	36.080	1.507.384	1.543.464
Atualização monetária do período	5.549	98.307	103.856
Transferências	112.401	(112.401)	-
Pagamentos	-	-	-
Saldo total em 30/06/2016	154.030	1.493.290	1.647.320
Parcela de dação em pagamento dividendos CERON	(90.875)	(1.272.245)	(1.363.120)
Parcela de dação em pagamento dividendos BOVESA	(63.155)	(221.045)	(284.200)
Saldo líquido em 30/06/2016	-	-	-

20.2. Remuneração aos acionistas

Em 29 de abril de 2016, em reunião da Assembleia Geral Ordinária (AGO), os acionistas rejeitaram a proposta de destinação do resultado do exercício social de 2015, no que se refere à retenção de parcela do lucro, no montante de R\$ 30.209, e votaram pela distribuição, na forma de dividendos, de 100% do lucro ajustado nos termos da Lei 6.404/76, no montante de R\$ 40.279.

NOTA 21 – PROVISÕES

21.1. Provisão operacional

O MRE (Mecanismo de Realocação de Energia) é um sistema criado para compartilhamento de riscos hidrológicos. O MRE realoca energia entre todas as usinas hidrelétricas sujeitas ao modelo de despacho centralizado, transferindo o excedente das usinas que geraram além de suas garantias físicas para as que geraram abaixo.

Durante os anos de 2014 e 2015, o país enfrentou uma crise hidrológica que afetou a produção de energia elétrica. Em consequência disso a CCEE reduziu o nível da Garantia Física das Usinas, o que as levou a incorrer em perdas financeiras pela exposição da parcela reduzida de energia em relação aos seus contratos de fornecimento, os quais ainda tinham que cumprir. Diante deste cenário algumas empresas ingressaram com ações judiciais solicitando, entre outros aspectos, a não redução de sua garantia física, este fato gerou uma grande instabilidade no sistema devido a CCEE ter rateado as diferenças advindas dos efeitos das liminares para os demais agentes participantes da câmara. Dado este cenário grande parte das empresas afetadas, nas quais a Companhia se enquadra, ajuizaram outras ações questionando o rateio imputado unilateralmente pela CCEE que se somava a quantia de R\$ 451.340.

Subsequentemente a Companhia obteve uma liminar garantindo a sua proteção bem como o ressarcimento dos valores descontados.

Como a Companhia aderiu à Repactuação do Risco Hidrológico, a liminar que sustentava sua proteção perdeu os efeitos suspensivos, imputando um risco provável de futura cobrança, por parte da Câmara de Comercialização, dos valores ora reembolsados, sendo assim, o mesmo valor foi provisionado mediante apuração das faturas cobradas no período.

21.2. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos decorrentes do curso normal de suas operações, que incluem processos de natureza tributária, cível e trabalhista.

21.2.1. Provisões relativas a processos - perda provável

Os saldos e a movimentação das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas classificadas como perda provável são apresentados abaixo.

As contrapartidas das provisões e reversões estão registradas no grupo de despesas (nota 26.2).

CONTROLADORA						
	31/12/2015	Provisões	Reversões	Pagamentos/ Baixas	Transferência	30/06/2016
Trabalhistas	128.333	61.605	(25.628)	(905)	-	163.405
Tributárias	324.201	12.366	(2.388)	-	(319.529)	14.650
Cíveis	396.671	23.026	(27.604)	(5)	-	392.088
Outras	377.257	83.948	(150.310)	(2.504)	-	308.391
Total	1.226.462	180.945	(205.930)	(3.414)	(319.529)	878.534

CONSOLIDADO						
	31/12/2015	Provisões	Reversões	Pagamentos/ Baixas	Transferência	30/06/2016
Trabalhistas	128.333	74.966	(25.628)	(905)	-	176.766
Tributárias	325.238	12.366	(2.388)	-	(319.529)	15.687
Cíveis	402.788	23.608	(27.604)	(5)	-	398.787
Outras	377.257	83.948	(150.310)	(2.504)	-	308.391
Total	1.233.616	194.888	(205.930)	(3.414)	(319.529)	899.631

21.2.1.1. Tributárias

Autos de Infração e Notificação fiscal: relacionado à Taxa de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Exploração e Aproveitamento de Recursos Hídricos – TFRH, regulamentada pelo Decreto nº 1.227/2015, destinada a custear a fiscalização e aproveitamento de recursos hídricos em território paraense.

Por se tratar de uma obrigação legal nos termos do CPC 25, onde obrigação legal é definida por aquela que deriva de um contrato (por meio de termos implícitos e explícitos), de uma lei ou de outro instrumento fundamentado em lei, em março passado, a Administração decidiu pela transferência da provisão relativa à “Taxa Pará” para outros passivos (nota 23).

Outros processos de caráter tributário: envolve várias provisões que, individualmente são de menor relevância, e basicamente são decorrentes de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e tributos federais junto à Receita Federal do Brasil, totalizando uma provisão de R\$ 14.650 (2015 - R\$ 4.672).

21.2.1.2. Cíveis e outros

Os principais processos judiciais cíveis classificados como perda provável são de caráter indenizatório, de natureza financeira e por reclamationes impetradas por proprietários de áreas inundadas pelos reservatórios de usinas hidrelétricas. Apresentamos abaixo os processos de maior relevância:

Ação de desapropriação – UHE Balbina: desapropriações ajuizadas pela Companhia com a finalidade de indenizar os proprietários das áreas atingidas pela formação do reservatório da Usina Hidrelétrica de Balbina (AM). Em sua maioria, os processos estão em fase de cumprimento de sentença. Há discussão acerca da legitimidade dos títulos apresentados pelos expropriados, tendo, inclusive, o Ministério Público Federal ajuizado Ação Civil Pública contestando esses títulos. A provisão constituída desta causa em 30 de junho de 2016 é de R\$ 306.657 (2015 - R\$ 375.449).

A reversão de R\$ 75.122 é referente ao encerramento de um dos processos referente ao tema. A sentença extinguiu o processo pela anulação da legitimidade da apelação.

Ação indenizatória – Sul America Companhia Nacional de Seguros: trata-se do ressarcimento de valores a Sul America Companhia Nacional de Seguros devido ao pagamento feito a Albrás Alumínio Brasileiro S.A. pelo sinistro sofrido decorrente da interrupção do fornecimento de energia elétrica. O processo passou a ser provisionado no exercício de 2015 por conta da mudança de estimativa de perda, que passou de perda possível para perda provável. Em 30 de junho de 2016 o processo monta R\$ 236.731 (2015 – R\$ 236.731).

Ação de cobrança – Cetenco Engenharia: processo em discussão na esfera judicial. A empresa Cetenco celebrou contrato de prestação de serviços e obras para a construção das linhas de transmissão do sistema associado à UHE Tucuruí. Alega que os pagamentos realizados pela Eletronorte ocorreram com atraso e sem pagamento da correção monetária e juros de mora.

Embora o processo já esteja em fase de execução, além do pedido para que a execução seja promovida por meio do rito do art. 730 do CPC (rito dos precatórios), a Companhia defende que a correção monetária seja aplicada após a propositura da ação. O valor do processo monta R\$ 72.536 (2015 – R\$ 72.536).

21.2.1.3. Trabalhistas

A Companhia é ré em inúmeras reclamações trabalhistas envolvendo diversos assuntos. A maior parte envolve horas extras, adicional de periculosidade e responsabilidade subsidiária.

Em relação às contingências trabalhistas relevantes classificadas como perda provável destacam-se as ações que versam sobre periculosidade e índices inflacionários.

No caso específico do processo que versa sobre os índices inflacionários, trata-se de reclamação trabalhista coletiva buscando a recomposição inflacionária dos salários durante o período de hiperinflação. O outro processo discute o pagamento de adicional de periculosidade para empregados, cujos cálculos do débito já foram homologados pelo juízo. A Eletronorte garantiu a execução e nesse momento discute os cálculos apresentados pela justiça.

Em 30 de junho de 2016 a maior causa dessa natureza monta R\$ 54.000.

21.2.2. Contingências passivas - perda possível

A Companhia possui contingências de natureza tributária, cível e trabalhista, cuja expectativa de perda avaliada pela Administração e sustentada no julgamento de consultores jurídicos está classificada como possível. Abaixo estão demonstradas as contingências classificadas com probabilidade de perda possível.

	CONTROLADORA / CONSOLIDADO	
	30/06/2016	31/12/2015
Trabalhistas	66.359	49.492
Tributários	348.595	359.410
Cíveis	1.186.230	1.337.181
Outros	241.747	63.578
TOTAL	1.842.931	1.809.661

21.2.2.1. Tributárias

As contingências tributárias, classificadas como perda possível, de maior relevância avaliadas pela Companhia estão relacionadas aos seguintes tributos:

ICMS: A Companhia discute judicialmente a cobrança de multa relacionada a:

- I. aproveitamento de crédito de ICMS quando da transferência desses à Boa Vista Energia, por ocasião da cisão do patrimônio da Companhia para criação desta, no montante de R\$ 71.876 (2015 – R\$ 71.876);
- II. cobrança pelo Fisco Estadual de Roraima exige da Eletronorte o estorno de créditos de ICMS relativos a bens do ativo permanente, o estorno dos créditos do ICMS na proporção de operações qualificadas como isentas ou não-tributadas, a saber: a) venda de energia para a CER – Centrais Elétricas de Roraima, e b) valores escriturados como “Outros”. Valor total de R\$ 36.531 (2015 – R\$ 36.531).
Autor: Estado de Roraima.

PIS/PASEP e COFINS: A Companhia discute na esfera administrativa, auto de infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal no montante de R\$ 135.125 (2015 - R\$ 135.125). No entendimento da Receita Federal a correção de contratos anteriores a outubro de 2003, pelo IGPM, descaracteriza o caráter predeterminado do preço, de forma que após o primeiro reajuste o regime de tributação seria o da não-cumulatividade. Contudo, existem precedentes judiciais em sentido oposto, favoráveis, à tese da Companhia.

21.2.2.2. Cíveis e outros

As contingências cíveis classificadas como perda possível de maior relevância para a Companhia referem-se às seguintes matérias:

Cobrança pelo CNEC de correção monetária e juros por atraso de pagamento:

Ação Judicial de cobrança ajuizada pelo CNEC - Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores S.A., objetivando o recebimento de correção monetária e juros por atraso de pagamentos de faturas, em virtude da correção monetária desproporcional ao valor real da moeda, pela supressão e utilização de índices divorciados da realidade contratual. A Companhia sustenta que as partes realizaram composição de todas suas pendências firmando “Contrato de Reconhecimento, Consolidação e Pagamento de Débitos e outras avenças”, e, que o direito reclamado se encontra prescrito e quitado. Em 30 de junho de 2016 o valor do processo é de R\$ 1.090.591 (2015 – R\$ 1.090.591).

Ação indenizatória de desapropriação fundiária:

A ação trata de pedido de indenização de desapropriação fundiária, no montante de R\$ 121.437, ajuizada pela ADEMPAR – ORGANIZAÇÃO DE NEGÓCIO E COMÉRCIO EXTERIOR. Já foi proferida sentença de ilegitimidade da parte autora referente à posse do imóvel Gleba Pitinga em processo semelhante.

Divergência de interpretação de cláusula contratual relativa à aplicação de penalidade por atraso no prazo de entrega:

Processo em discussão na esfera administrativa. Trata de controvérsias relativas a:

- I. aplicação da fórmula de penalidade por atraso na entrega de Unidades Geradoras da UHE Tucuruí UGH 17, UGH 20 e UGH 21;
- II. contagem do prazo de atraso contratual. De forma específica, trata-se da determinação: se o CETUC tem responsabilidade pelo atraso havido entre os prazos de entrega previstos no Contrato e os efetivamente verificados com relação às UGH's 17, 20 e 21; e a forma e os critérios de aplicação do "Índice de Penalização por Atraso", conforme Cláusula 27ª do Contrato, que deverão incidir sobre o atraso de 31 (trinta e um) dias já constatado na entrega da UGH 13, bem como sobre os eventuais atrasos que venham a ser constatados na entrega das UGH's 17, 20 e 21, caso referidos atrasos forem de responsabilidade do CETUC. Montante reclamado R\$ 60.219 (2015 - R\$ 60.219).
Autor: Consórcio Empresarial Tucuruí- CETUC.

Restituição do valor do Programa Social dos Expropriados de Tucuruí – PROSET e indenização dos beneficiários do Programa:

Refere-se à ação ordinária ajuizada em 2015 em tramitação perante a Primeira Vara Cível de Tucuruí onde se busca restituir o valor do Programa Social dos Expropriados de Tucuruí - PROSET e indenizar os beneficiários do referido programa, montante reclamado em 30 de junho de 2016 R\$ 39.000 (2015 – R\$ 39.000).

Autor: Associação das Populações Organizadas Vítimas das Obras no Rio Tocantins e Adjacências.

21.2.2.3. Trabalhistas

A Companhia possui reclamações trabalhistas classificadas como possível. Em sua maioria as demandas envolvem horas extras, horas *in itinere*, responsabilidade subsidiária (terceirização), reenquadramento e equiparação salarial. Dentre as reclamações trabalhistas de maior relevância destaca-se a reclamação trabalhista nº 0001714-79.2014.5.10.0008 promovida pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DO DISTRITO FEDERAL cujo objeto diz respeito à contratação de mão de obra via concurso público.

NOTA 22 – ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Em 2004, a Companhia participou do leilão de compra de energia elétrica realizado pelo consumidor industrial Alumínio Brasileiro S.A. – Albras, para um período de 20 anos, sendo 750 MW médios/mês, de junho de 2004 a dezembro de 2006 e 800 MW médios/mês, de janeiro de 2007 a dezembro de 2024, estabelecendo como parâmetro para a celebração do contrato um preço mínimo compatível com a tarifa de equilíbrio da Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

O preço final ofertado foi composto por um preço base, acrescido de um prêmio, calculado em função da cotação do alumínio no mercado internacional, se constituindo num derivativo embutido (nota 9).

Com base nessas condições, a Albrás efetuou a compra antecipada de créditos de energia elétrica, com pagamento antecipado de R\$ 1.200.000, que se constituiu em crédito, em MW, de 43 MW médios/mês, de junho de 2004 a dezembro de 2006 e 46 MW médios/mês, de janeiro de 2007 a dezembro de 2024, a ser amortizado durante o período de fornecimento, em parcelas mensais expressas nesses MW médios, de acordo com a tarifa vigente no mês de faturamento.

A posição e movimentação desse passivo são demonstradas a seguir:

CONTROLADORA / CONSOLIDADO						
2016			2015			31 de dezembro de 2014
Amortizações Efetuadas	Ganhos	Saldo em 30 de junho	Amortizações Efetuadas	Ganhos	Saldo em 31 de dezembro	
(28.238)	(1.716)	683.960	(54.068)	(3.282)	713.914	771.264
Circulante		60.504			54.832	52.813
Não circulante		623.456			659.082	718.451

NOTA 23 - OUTROS PASSIVOS

	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
CIRCULANTE					
Convênios		80.613	77.345	80.613	77.345
Previnorte Fundação de Previdência Complementar		5.690	7.174	5.690	7.174
Compensações Socioambientais		31.043	36.622	31.043	36.622
Gastos a realizar em empreendimentos		31.378	21.147	31.378	21.147
Óleo Combustível		53.063	53.063	53.063	53.063
Contratos onerosos	23.2	9.073	9.073	9.073	9.073
Passivo a descoberto		10.287	8.428	10.287	8.428
Diversos		323.219	264.869	323.250	265.002
TOTAL DO CIRCULANTE		544.366	477.721	544.397	477.854
NÃO CIRCULANTE					
Taxa de Fiscalização - TFRH	23.1	490.239	-	490.239	-
Compensações Socioambientais		123.524	123.524	123.524	123.524
Contratos onerosos	23.2	239.382	239.382	239.382	239.382
Provisão multa Aneel		22.096	19.666	22.096	19.666
Diversos		4.634	4.660	4.634	4.660
TOTAL NÃO CIRCULANTE		879.875	387.232	879.875	387.232
TOTAL GERAL		1.424.241	864.953	1.424.272	865.086

23.1. Taxa de fiscalização - TFRH

A Companhia foi autuada por meio de dois autos de infração, o primeiro ocorreu em 27/08/2015 no montante de R\$ 206.316, referente ao não recolhimento da TFRH sobre os meses de abril a junho de 2015. O segundo Auto de Infração data de 11/11/2015 no montante de R\$113.213, relativo aos meses de julho a setembro de 2015. O montante da causa corresponde a R\$ 326.430, já atualizado.

Em 2016, em atendimento a Lei Nº 8.091/2014, que trata da referida taxa, a Companhia realizou a provisão do valor de R\$ 163.809 de TFRH, referente aos meses de janeiro a junho conforme relatório de vazão e volume turbinado nas Usinas Hidrelétricas de Tucuruí e Curuá Uma. O valor total relativo a TFRH registrado é de R\$ 490.239.

23.2. Contratos onerosos

Na avaliação preliminar, a Administração da Companhia verificou que os contratos da UHE Coaracy Nunes e da LT Brasil-Venezuela apresentavam evidências de onerosidade.

Antes de ser estabelecida uma perda separada para um contrato oneroso, a entidade deve reconhecer qualquer perda decorrente de desvalorização que tenha ocorrido nos ativos relativos a esse contrato.

NOTA 24 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

24.1. Capital social

O capital subscrito e totalmente integralizado, no valor de R\$ 11.576.263 (2015 – R\$ 11.576.263), está representado por 154.093.501 (2015 – 154.093.051) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, conforme composição acionária abaixo:

ACIONISTAS	30/06/2016			31/12/2015		
	Nº DE AÇÕES	%	CAPITAL SOCIAL	Nº DE AÇÕES	%	CAPITAL SOCIAL
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.-Eletrobras	153.292.342	99,480	11.516.076	153.292.342	99,480	11.516.076
Prefeitura Municipal de Manaus	263.513	0,171	19.796	263.513	0,171	19.796
Centrais Elétricas do Pará S.A.-Celpa	247.635	0,161	18.604	247.635	0,161	18.604
Amazonas Distribuidora de Energia S.A.	146.382	0,095	10.997	146.382	0,095	10.997
Governo do Estado de Roraima	35.992	0,023	2.704	35.992	0,023	2.704
Cia. de Eletricidade do Acre-Eletoacre	22.016	0,014	1.654	22.016	0,014	1.654
Centrais Elétricas de Rondônia S.A.-Ceron	13.949	0,009	1.048	13.949	0,009	1.048
Prefeitura Municipal de Boa Vista	8.568	0,006	644	8.568	0,006	644
União Federal	1.804	0,001	136	1.804	0,001	136
Outras pessoas físicas	31.531	0,020	2.369	31.531	0,020	2.369
Outras pessoas jurídicas	29.769	0,019	2.235	29.769	0,019	2.235
TOTAL	154.093.501	100,000	11.576.263	154.093.501	100,000	11.576.263

O valor patrimonial da ação em 30 de junho de 2016 é de R\$ 94,66 (2015 - R\$ 83,57).

NOTA 25 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A seguir é demonstrada a composição da receita operacional bruta e da receita operacional líquida apresentada na demonstração do resultado:

	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	01/01/2016 à 30/06/2016	01/01/2015 à 30/06/2015	01/04/2016 à 30/06/2016	01/04/2015 à 30/06/2015	01/01/2016 à 30/06/2016	01/01/2015 à 30/06/2015	01/04/2016 à 30/06/2016	01/04/2015 à 30/06/2015
	Receita operacional bruta							
Geração								
Fornecimento de energia elétrica	528.754	601.604	267.351	298.048	528.754	601.604	267.351	298.048
Suprimento de energia elétrica	1.417.135	1.945.809	691.132	955.785	1.417.135	1.945.809	691.132	955.785
Energia elétrica de curto prazo	223.567	20.696	84.597	14.809	223.567	20.696	84.597	14.809
Operação e manutenção de usinas	7.289	8.512	3.843	4.404	7.289	8.512	3.843	4.404
Transmissão								
Op. e Manut. de linhas de transmissão	219.787	240.229	109.984	119.666	221.753	126.675	111.244	6.112
Construção de linhas de transmissão	95.629	54.543	93.711	32.949	135.743	163.801	121.641	113.215
Financeira - retorno do investimento	3.167.566	143.057	3.095.850	71.436	3.191.930	240.229	3.108.740	158.471
Outras receitas operacionais								
Serviços de comunicação multimídia	49.437	47.917	25.111	24.071	49.437	47.917	25.111	24.071
Outros	49.035	70.880	25.639	35.975	49.035	70.880	25.639	35.975
Total receita operacional bruta	5.758.199	3.133.247	4.397.218	1.557.143	5.824.643	3.226.123	4.439.298	1.610.890
(-) Deduções à receita operacional								
Encargos setoriais								
RGR	(63.484)	(71.827)	(30.335)	(35.412)	(63.968)	(71.827)	(30.645)	(35.412)
CDE	-	(6.590)	-	(3.388)	-	(6.590)	-	(3.388)
PROINFA	-	(38.920)	-	(20.011)	-	(38.920)	-	(20.011)
P&D	(20.122)	(20.694)	(8.372)	(7.181)	(20.284)	(20.694)	(8.476)	(7.181)
Total Encargos setoriais	(83.606)	(138.031)	(38.707)	(65.992)	(84.252)	(138.031)	(39.121)	(65.992)
Impostos e contribuições								
ICMS	(7.097)	(2.387)	(2.426)	(1.279)	(7.097)	(2.387)	(2.426)	(1.279)
ISS	(1.652)	(992)	(989)	(479)	(1.652)	(992)	(989)	(479)
COFINS	(197.426)	(206.995)	(109.958)	(96.349)	(198.843)	(206.995)	(110.865)	(96.349)
PIS/PASEP	(41.645)	(44.937)	(22.659)	(20.916)	(41.952)	(44.937)	(22.856)	(20.916)
Outros	(780)	(692)	(347)	(347)	(780)	(692)	(347)	(347)
Total Impostos e contribuições	(248.600)	(256.003)	(136.379)	(119.370)	(250.324)	(256.003)	(137.483)	(119.370)
Total Deduções à receita operacional	(332.206)	(394.034)	(175.086)	(185.362)	(334.576)	(394.034)	(176.604)	(185.362)
Total	5.425.993	2.739.213	4.222.132	1.371.781	5.490.067	2.832.089	4.262.694	1.425.528

No período houve aumento da receita operacional líquida, que passou de R\$ 2.739.213 no primeiro semestre de 2015 para R\$ 5.425.993 no primeiro semestre de 2016 (98,1%). Essa variação de R\$ 2.686.780 foi devida, substancialmente, pelo reconhecimento de ativos financeiros previstos na Portaria nº 120/2016 ANEEL e pela redução do volume de venda de suprimento de energia elétrica no período.

A Companhia, com base na melhor estimativa possível, realizou o cálculo previsto pela Portaria para atualização do valor dos ativos abrangidos pela norma, assim o valor dos ativos antes registrados pelo montante de R\$ 1.733 milhões passaram a somar o montante de R\$ 4.767 milhões, com isso, foram registrados R\$ 3.035 milhões de remuneração sobre o ativo financeiro da transmissão.

Houve redução de R\$ 602.747 nas contas de fornecimento e suprimento de energia. A receita com a venda de energia existente, feita através de contratos bilaterais, sem considerar a receita de venda na CCEE, no primeiro semestre 2016, foi de R\$ 1.825, referente a 2.923,01 MW médios de energia comercializada nos sistemas interligado e isolado, com um decréscimo de 27,61% da receita, em relação ao mesmo período de 2015.

Por outro lado, a Companhia auferiu receita com venda de energia excedente no mercado de curto prazo superior ao verificado no primeiro semestre de 2015. Naquele ano, a Companhia estava numa posição de compradora de energia de curto prazo para honrar seus contratos de energia, o que elevou as despesas de compra de energia, principalmente, devido à crise hidrológica do país. Já em 2016, a Companhia passou para uma posição vendedora de energia excedente no mercado de curto prazo.

NOTA 26 – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA DE GASTOS

CONTROLADORA								
01/01/2016 à 30/06/2016					01/01/2015 à 30/06/2015			
Nota	Custos operacionais	Custo do serviço prestado a terceiros	Despesas operacionais	Total	Custos operacionais	Custo do serviço prestado a terceiros	Despesas operacionais	Total
	(83.739)	-	-	(83.739)	(890.015)	-	-	(890.015)
	(247.306)	-	-	(247.306)	(262.122)	-	-	(262.122)
26.1	(293.508)	(19.584)	(286.911)	(600.003)	(287.434)	(7.538)	(248.443)	(543.415)
	(16.041)	(463)	(855)	(17.359)	(10.819)	(68)	(778)	(11.665)
	(84.715)	(11.542)	(32.994)	(129.251)	(71.167)	(1.623)	(35.549)	(108.339)
	(214.690)	-	(10.947)	(225.637)	(214.499)	-	(6.625)	(221.124)
	(3.717)	-	-	(3.717)	(67.911)	-	-	(67.911)
	(2.448)	(948)	(24.501)	(27.896)	(9.550)	-	(20.622)	(30.172)
26.2	-	-	(160.371)	(160.371)	-	-	(62.928)	(62.928)
	(109.092)	-	-	(109.092)	(144.357)	-	-	(144.357)
	-	-	(5.748)	(5.748)	-	-	(9.464)	(9.464)
	(95.629)	-	-	(95.629)	(54.543)	-	-	(54.543)
	26.587	161	5.748	32.496	35.800	-	19.526	55.326
	-	-	-	-	-	-	169.576	169.576
	(69.036)	(2.073)	(21.010)	(92.120)	(17.814)	(2.446)	(31.918)	(52.178)
Total	(1.193.334)	(34.449)	(537.589)	(1.765.372)	(1.994.431)	(11.675)	(227.225)	(2.233.331)

CONSOLIDADO								
01/01/2016 à 30/06/2016					01/01/2015 à 30/06/2015			
Nota	Custos operacionais	Custo do serviço prestado a terceiros	Despesas operacionais	Total	Custos operacionais	Custo do serviço prestado a terceiros	Despesas operacionais	Total
	(83.739)	-	-	(83.739)	(890.015)	-	-	(890.015)
	(247.306)	-	-	(247.306)	(262.122)	-	-	(262.122)
26.1	(293.508)	(19.584)	(286.973)	(600.065)	(287.434)	(7.538)	(248.494)	(543.466)
	(16.041)	(463)	(882)	(17.386)	(10.819)	(68)	(789)	(11.676)
	(84.715)	(11.542)	(36.398)	(132.655)	(71.167)	(1.623)	(36.899)	(109.689)
	(214.690)	-	(10.954)	(225.644)	(214.499)	-	(6.625)	(221.124)
	(3.717)	-	-	(3.717)	(67.911)	-	-	(67.911)
	(2.448)	(948)	(24.584)	(27.980)	(9.550)	-	(20.717)	(30.267)
26.2	-	-	(161.127)	(161.127)	-	-	(63.270)	(63.270)
	(109.092)	-	-	(109.092)	(144.357)	-	-	(144.357)
	-	-	(5.823)	(5.823)	-	-	(9.464)	(9.464)
	(135.743)	-	-	(135.743)	(126.675)	-	-	(126.675)
	26.587	161	6.146	32.894	35.800	-	19.526	55.326
	-	-	-	-	-	-	169.576	169.576
	(69.036)	(2.073)	(21.744)	(92.853)	(17.814)	(2.446)	(32.016)	(52.276)
Total	(1.233.448)	(34.449)	(542.339)	(1.810.236)	(2.066.563)	(11.675)	(229.172)	(2.307.410)

CONTROLADORA

Nota	01/04/2016 à 30/06/2016				01/04/2015 à 30/06/2015			
	Custos operacionais	Custo do serviço prestado a terceiros	Despesas operacionais	Total	Custos operacionais	Custo do serviço prestado a terceiros	Despesas operacionais	Total
Energia comprada p/ revenda	(38.920)	-	-	(38.920) ¹	(480.800)	-	-	(480.800)
Encargos uso da rede	(125.066)	-	-	(125.066) ¹	(129.992)	-	-	(129.992)
Pessoal	(150.891)	(9.859)	(146.317)	(307.067) ¹	(141.971)	(4.134)	(122.459)	(268.564)
Material	(16.041)	(305)	6.529	(9.817) ¹	(10.468)	(58)	(385)	(10.911)
Serviços de terceiros	(84.715)	(6.978)	21.325	(70.368) ¹	(38.943)	(1.015)	(20.305)	(60.263)
Depreciação e amortização	(112.486)	-	(5.481)	(117.967) ¹	(108.375)	-	(3.319)	(111.694)
Combustível	-	-	-	- ¹	(67.911)	-	-	(67.911)
Arrendamentos e aluguéis	(2.448)	(560)	(11.094)	(14.102) ¹	(5.586)	-	(10.608)	(16.194)
Provisões operacionais	-	-	(226.070)	(226.070) ¹	-	-	(33.297)	(33.297)
Utilização de recursos hídricos	(51.963)	-	-	(51.963) ¹	(79.310)	-	-	(79.310)
Taxa de fiscalização	-	-	(2.878)	(2.878) ¹	-	-	(4.733)	(4.733)
Construção	(93.711)	-	-	(93.711) ¹	(32.949)	-	-	(32.949)
(-) Recuperação de despesas	26.587	85	(10.651)	16.021 ¹	19.954	-	5.233	25.187
Compra vantajosa - investimento	-	-	-	- ¹	-	-	169.576	169.576
Outros	(69.036)	(1.123)	16.104	(54.054) ¹	(8.836)	(1.098)	(13.071)	(23.005)
Total	(718.690)	(18.740)	(358.533)	(1.095.962)¹	(1.085.187)	(6.305)	(33.368)	(1.124.860)

CONSOLIDADO

Nota	01/04/2016 à 30/06/2016				01/04/2015 à 30/06/2015			
	Custos operacionais	Custo do serviço prestado a terceiros	Despesas operacionais	Total	Custos operacionais	Custo do serviço prestado a terceiros	Despesas operacionais	Total
Energia comprada p/ revenda	(38.920)	-	-	(38.920) ¹	(480.800)	-	-	(480.800)
Encargos uso da rede	(125.066)	-	-	(125.066) ¹	(129.992)	-	-	(129.992)
Pessoal	(150.891)	(9.859)	(146.348)	(307.098) ¹	(141.971)	(4.134)	(122.490)	(268.595)
Material	(16.041)	(305)	6.508	(9.838) ¹	(10.468)	(58)	(395)	(10.921)
Serviços de terceiros	(84.715)	(6.978)	19.192	(72.501) ¹	(38.943)	(1.015)	(21.303)	(61.261)
Depreciação e amortização	(112.486)	-	(5.488)	(117.974) ¹	(108.375)	-	(3.319)	(111.694)
Combustível	-	-	-	- ¹	(67.911)	-	-	(67.911)
Arrendamentos e aluguéis	(2.448)	(560)	(11.135)	(14.143) ¹	(5.586)	-	(10.662)	(16.248)
Provisões operacionais	-	-	(226.826)	(226.826) ¹	-	-	(33.883)	(33.883)
Utilização de recursos hídricos	(51.963)	-	-	(51.963) ¹	(79.310)	-	-	(79.310)
Taxa de fiscalização	-	-	(2.927)	(2.927) ¹	-	-	(4.733)	(4.733)
Construção	(121.642)	-	-	(121.642) ¹	(76.089)	-	-	(76.089)
(-) Recuperação de despesas	26.587	85	(10.253)	16.419 ¹	19.954	-	5.233	25.187
Compra vantajosa - investimento	-	-	-	- ¹	-	-	169.576	169.576
Outros	(69.036)	(1.123)	15.389	(54.770) ¹	(8.836)	(1.097)	(13.124)	(23.057)
Total	(746.621)	(18.740)	(361.888)	(1.127.249)¹	(1.128.327)	(6.304)	(35.100)	(1.169.731)

26.1. Pessoal

	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	01/01/2016 à 30/06/2016	01/01/2015 à 30/06/2015	01/04/2016 à 30/06/2016	01/04/2015 à 30/06/2015	01/01/2016 à 30/06/2016	01/01/2015 à 30/06/2015	01/04/2016 à 30/06/2016	01/04/2015 à 30/06/2015
Remuneração do trabalho								
Remuneração direta	(278.226)	(243.924)	(145.538)	(123.052)	(278.226)	(243.967)	(145.538)	(123.075)
Remuneração indireta	(24.080)	(59.688)	(12.439)	(30.047)	(24.080)	(59.688)	(12.439)	(30.047)
Provisão de férias	(66.994)	(62.029)	(33.726)	(28.780)	(66.994)	(62.029)	(33.726)	(28.780)
Provisão de 13º salário	(25.265)	(21.765)	(13.417)	(11.396)	(25.265)	(21.765)	(13.417)	(11.396)
FGTS	(27.387)	(23.651)	(14.037)	(11.757)	(27.387)	(23.651)	(14.037)	(11.757)
Hora extra	(14.320)	(14.678)	(7.249)	(5.086)	(14.320)	(14.678)	(7.249)	(5.086)
Benefícios assistenciais	(62.117)	(4.029)	(31.195)	(1.864)	(62.117)	(4.029)	(31.195)	(1.864)
Outros	(2.407)	(18.046)	(1.471)	(9.747)	(2.469)	(18.046)	(1.502)	(9.747)
	(500.796)	(447.810)	(259.072)	(221.729)	(500.858)	(447.853)	(259.103)	(221.752)
Encargos sobre despesa de pessoal								
Contribuições previdenciárias	(90.414)	(75.542)	(43.555)	(37.635)	(90.414)	(75.550)	(43.555)	(37.643)
Demais encargos sociais	(8.793)	(20.063)	(4.440)	(9.200)	(8.793)	(20.063)	(4.440)	(9.200)
	(99.207)	(95.605)	(47.995)	(46.835)	(99.207)	(95.613)	(47.995)	(46.843)
Total	(600.003)	(543.415)	(307.067)	(268.564)	(600.065)	(543.466)	(307.098)	(268.595)

26.2. Provisões operacionais

	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	01/01/2016 à 30/06/2016	01/01/2015 à 30/06/2015	01/04/2016 à 30/06/2016	01/04/2015 à 30/06/2015	01/01/2016 à 30/06/2016	01/01/2015 à 30/06/2015	01/04/2016 à 30/06/2016	01/04/2015 à 30/06/2015
Provisões operacionais:								
Riscos	24.985	(44.609)	(65.131)	(23.423)	24.503	(44.609)	(65.613)	(23.667)
TFRH	(170.711)	-	(170.711)	-	(170.711)	-	(170.711)	-
Demais provisões	-	(348)	-	(959)	(274)	(690)	(274)	(1.301)
	(145.726)	(44.957)	(235.842)	(24.382)	(146.482)	(45.299)	(236.598)	(24.968)
Perda para crédito de liquidação duvidosa:								
Consumidores e revendedores	(21.948)	(2.864)	(7.371)	(1.528)	(21.948)	(2.864)	(7.371)	(1.528)
Créditos de ICMS	9.686	(3.809)	18.660	(1.476)	9.686	(3.809)	18.660	(1.476)
Demais ativos	(2.383)	(11.298)	(1.517)	(5.911)	(2.383)	(11.298)	(1.517)	(5.911)
	(14.645)	(17.971)	9.772	(8.915)	(14.645)	(17.971)	9.772	(8.915)
Total	(160.371)	(62.928)	(226.070)	(33.297)	(161.127)	(63.270)	(226.826)	(33.883)

NOTA 27 – RESULTADO FINANCEIRO

	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	01/01/2016 à 30/06/2016	01/01/2015 à 30/06/2015	01/04/2016 à 30/06/2016	01/04/2015 à 30/06/2015	01/01/2016 à 30/06/2016	01/01/2015 à 30/06/2015	01/04/2016 à 30/06/2016	01/04/2015 à 30/06/2015
RECEITAS FINANCEIRAS								
Rendas								
- Aplicações financeiras	61.568	70.244	21.384	34.870	62.139	71.363	21.581	35.643
	61.568	70.244	21.384	34.870	62.139	71.363	21.581	35.643
Acréscimos moratórios em faturas de energia elétrica								
- Juros sobre atraso de pagamento	47.893	24.822	8.678	11.366	47.908	24.822	8.693	11.366
- Multa sobre atraso de pagamento	5.700	7.065	2.321	1.844	5.700	7.065	2.321	1.844
	53.593	31.887	10.999	13.210	53.608	31.887	11.014	13.210
Varição monetária e cambial ativa								
- Atraso de pagamento - faturas de energia	54.309	42.132	(564)	9.308	54.309	42.132	(564)	9.308
- Atualização créditos CERON	133.919	-	67.245	-	133.919	-	67.245	-
- Outras variações ativas	8.345	117.492	4.816	49.307	3.203	117.492	2.453	49.307
	196.573	159.624	71.497	58.615	191.431	159.624	69.134	58.615
Outras receitas financeiras								
- Ganhos com derivativos	121.641	-	42.711	-	121.641	-	42.711	-
- Outras receitas financeiras	23.212	58.975	15.855	41.909	23.212	41.040	15.855	22.811
	144.853	58.975	58.566	41.909	144.853	41.040	58.566	22.811
TOTAL DAS RECEITAS	456.587	320.730	162.446	148.604	452.031	303.914	160.295	130.279
DESPESAS FINANCEIRAS								
Varição monetária e cambial passiva								
- Empréstimos e financiamentos - moeda nacional	(92.113)	(91.438)	(43.698)	(37.840)	(96.193)	(91.438)	(45.694)	(37.840)
- Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	91.478	(104.820)	42.977	14.582	91.478	(104.820)	42.977	14.582
- Outras variações passivas	(33.386)	(43.072)	(18.047)	(18.775)	(33.386)	(43.072)	(18.047)	(18.775)
	(34.021)	(239.330)	(18.768)	(42.033)	(38.101)	(239.330)	(20.764)	(42.033)
Encargos de dívidas								
- Empréstimos e financiamentos	(203.726)	(152.663)	(99.777)	(75.030)	(203.726)	(160.518)	(99.777)	(75.030)
- Dividendos	(109.276)	(107.616)	(59.003)	(107.610)	(109.276)	(107.616)	(59.003)	(113.878)
	(313.002)	(260.279)	(158.780)	(182.640)	(313.002)	(268.134)	(158.780)	(188.908)
Outras despesas financeiras								
- Pesquisa e desenvolvimento	(6.631)	(7.708)	(3.385)	(2.839)	(6.631)	(7.708)	(3.385)	(2.839)
- Perdas com derivativos	-	(84.290)	-	(41.299)	-	(84.290)	-	(41.299)
- Juros e multas diversas	(12.151)	(9.933)	(4.500)	(5.463)	(12.254)	(9.933)	(4.571)	(5.463)
- Outras despesas financeiras	(2.747)	(2.725)	(2.650)	(683)	(2.747)	(3.646)	(2.650)	7.793
	(21.529)	(104.656)	(10.535)	(50.284)	(21.632)	(105.577)	(10.606)	(41.808)
TOTAL DAS DESPESAS	(368.552)	(604.265)	(188.083)	(274.957)	(372.735)	(613.041)	(190.150)	(272.749)
RESULTADO FINANCEIRO	88.035	(283.535)	(25.637)	(126.353)	79.296	(309.127)	(29.855)	(142.470)

A diminuição da conta de variações monetárias ativas se deve à atualização das indenizações das concessões, que foram recebidas em 2015 e que geraram receitas financeiras de R\$ 78.728 até junho daquele ano e à atualização de AFAC ativo no montante de R\$ 26.176 e que foram integralizados ainda em 2015. Em compensação até junho de 2016 houve a atualização dos créditos devidos pela CERON à Companhia no montante de R\$ 67.093.

As movimentações nas contas de receitas e despesas com derivativos foram decorrentes, substancialmente, da variação do preço do alumínio no mercado internacional (nota 9). Em 2016, a Companhia apurou ganho de R\$ 121.641 sobre esta operação (2015 – perda de R\$ 84.290).

A variação monetária sobre a dívida em moeda estrangeira apresentou variação positiva quando comparado ao mesmo período de 2015, pois naquele ano, o real se desvalorizou frente ao dólar que variou de R\$ 2,69 em dezembro de 2014 para R\$ 3,11 em junho de 2015 (variação de 15,47%). Já em 2016 o real se valorizou em relação ao dólar que apresentou variação negativa, passando de R\$ 3,95 em dezembro de 2015 para 3,21 em junho de 2016 (variação de -18,61%).

NOTA 28 - IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA JURÍDICA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO

O IRPJ e a CSLL, correntes e diferidos, são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

A conciliação da apropriação das despesas de IRPJ e CSLL com os valores revertidos de imposto de renda diferido, com as adições e exclusões previstas na legislação e com os créditos tributários revertidos e constituídos, calculados com base nas respectivas alíquotas nominais, estão a seguir demonstradas:

	CONTROLADORA											
	01/01/2016 à 30/06/2016			01/01/2015 à 30/06/2015			01/04/2016 à 30/06/2016			01/04/2015 à 30/06/2015		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Lucro antes do IRPJ e CSLL	3.788.249	3.788.249		272.992	272.992		3.075.146	3.075.146		132.362	132.362	
Alíquota nominal	25%	9%		25%	9%		25%	9%		25%	9%	
Despesa nominal	(947.062)	(340.942)		(68.248)	(24.569)		(768.787)	(276.763)		(33.091)	(11.913)	
Efeitos de adições e exclusões fiscais												
Ajustes da Lei no. 11.941/2009	-	-		(7.262)	(3.379)		-	-		(3.229)	(1.927)	
Provisões operacionais	(30.827)	(11.098)		(15.809)	(5.694)		(50.002)	(18.001)		(8.462)	(3.049)	
Equivalência patrimonial	9.898	3.563		12.662	4.558		(6.346)	(2.285)		3.061	1.102	
Demais adições e exclusões	807.208	289.566		52.356	23.531		741.614	218.314		36.904	5.728	
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa	49.093	17.673		21.025	7.569		14.768	5.316		11.637	4.189	
Incentivos fiscais	68.053	-		5.276	-		9.533	-		(11.397)	-	
Total da (receita) despesa de IRPJ e CSLL	(43.638)	(41.238)	(84.876)	-	2.016	2.016	(59.220)	(73.419)	(132.638)	(4.577)	(5.870)	(10.447)
IRPJ e CSLL Correntes	(43.639)	(41.238)	(84.877)	-	2.016	2.016	(59.220)	(73.419)	(132.639)	(4.577)	(5.870)	(10.447)
IRPJ e CSLL Diferidos	(751.044)	(270.375)	(1.021.418)	58.608	21.099	79.707	(674.187)	(242.707)	(916.894)	60.520	21.787	82.307
	(794.683)	(311.613)	(1.106.295)	58.608	23.115	81.723	(733.407)	(316.125)	(1.049.533)	55.943	15.917	71.860
Alíquota efetiva	-20,98%	-8,23%		21,47%	8,47%		-23,85%	-10,28%		42,27%	12,03%	
	CONSOLIDADO											
	01/01/2016 à 30/06/2016			01/01/2015 à 30/06/2015			01/04/2016 à 30/06/2016			01/04/2015 à 30/06/2015		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Lucro antes do IRPJ e CSLL	3.788.249	3.788.249		272.992	272.992		3.075.146	3.075.146		132.362	132.362	
Alíquota nominal	25%	9%		25%	9%		25%	9%		25%	9%	
Despesa nominal	(947.062)	(340.942)		(68.248)	(24.569)		(768.787)	(276.763)		(33.091)	(11.913)	
Efeitos de adições e exclusões fiscais												
Ajustes da Lei no. 11.941/2009	-	-		(7.262)	(3.379)		-	-		(3.229)	(1.927)	
Provisões operacionais	(30.638)	(11.030)		(15.809)	(5.694)		(49.813)	(17.933)		(8.462)	(3.049)	
Equivalência patrimonial	14.238	5.126		12.662	4.558		(6.543)	(1.382)		3.061	1.102	
Demais adições e exclusões	802.679	287.935		52.356	23.531		741.622	217.343		36.904	5.728	
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa	49.093	17.673		21.025	7.569		14.768	5.316		11.637	4.189	
Incentivos fiscais	68.053	-		5.276	-		9.533	-		(11.397)	-	
Total da (receita) despesa de IRPJ e CSLL	(43.638)	(41.238)	(84.876)	-	2.016	2.016	(59.220)	(73.419)	(132.638)	(4.577)	(5.870)	(10.447)
IRPJ e CSLL Correntes	(43.639)	(41.238)	(84.877)	-	2.016	2.016	(59.220)	(73.419)	(132.639)	(4.577)	(5.870)	(10.447)
IRPJ e CSLL Diferidos	(751.044)	(270.375)	(1.021.418)	58.608	21.099	79.707	(674.187)	(242.707)	(916.894)	60.520	21.787	82.307
	(794.683)	(311.613)	(1.106.295)	58.608	23.115	81.723	(733.407)	(316.125)	(1.049.533)	55.943	15.917	71.860
Alíquota efetiva	-20,98%	-8,23%		21,47%	8,47%		-23,85%	-10,28%		42,27%	12,03%	

A variação ocorrida na apuração do IRPJ e CSLL no período, quando comparado ao anterior, se referem, substancialmente, aos efeitos do registro dos ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais, base negativa de CSLL e diferenças temporárias.

28.1 Créditos Fiscais

Saldos dos créditos fiscais acumulados (bases de cálculo)	CONTROLADORA /CONSOLIDADO	
	30/06/2016	31/12/2015
Prejuízos fiscais acumulados	3.284.104	3.957.870
Bases de cálculo negativas da CSLL	3.223.632	3.897.398
Provisões não dedutíveis	3.012.032	2.952.038
Remuneração das imobilizações em curso - diferida	17.584	42.475
Demais adições temporárias	1.123	1.347

Referem-se aos saldos dos créditos fiscais controlados no livro de apuração do lucro real (LALUR), cujos tributos diferidos com estimativa de realização futura foram contabilizados no ativo (nota 8.1).

NOTA 29 – COMPROMISSOS OPERACIONAIS DE LONGO PRAZO

Os valores e preços dos compromissos operacionais de longo prazo da Controladora e de suas investidas estão apresentados pelo valor nominal e não estão deduzidos de eventuais subvenções e reembolsos de custos que a Companhia detenha. Os valores dos compromissos das empresas investidas estão apresentados pela proporção das participações da Companhia.

29.1. Socioambientais

Em decorrência de exigências legais, relacionadas às obras de expansão da UHE Tucuruí, houve necessidade de efetivar o processo de licenciamento desse empreendimento junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema) do Estado do Pará. Diante disso, para liberação da Licença de Instalação (LI), as partes acordaram que a Companhia seria responsável por realizar investimentos em programas de mitigação e compensações socioambientais, visando o desenvolvimento sustentável dos municípios à montante e à jusante da UHE Tucuruí envolvidos.

Estes compromissos estão registrados no passivo da Companhia e totalizam R\$ 123.524 (2015 – R\$ 123.524) (nota 23).

29.2. Aportes de capital da Companhia em empresas investidas

A Companhia possui compromissos em seu orçamento para realização de aportes de capitais em empresas investidas, conforme descrito no quadro abaixo:

	Norte Energia S.A.	Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.	Total
2017	50.000	81.585	131.585
2018	23.000	46.305	69.305
Total	73.000	127.890	200.890

29.2.1. Mútuo entre Eletronorte e State Grid Brazil Holding

A Companhia celebrou, em 16 de dezembro de 2014, instrumento particular de mútuo com a empresa State Grid Brazil Holding, cujo objeto é a concessão de recursos à Eletronorte na importância total de até R\$ 294.700, a ser realizada em parcelas, mediante solicitações.

Até 30 de junho de 2016, a Companhia recebeu da State Grid R\$ 145.199, já atualizados.

	Circulante	Não Circulante	Total
Saldo em 31/12/2015	3.497	135.828	139.325
Aportes / Captação	-	42.069	42.069
Atualização monetária do período	2.425	5.347	7.772
Transferências	-	-	-
Saldo total em 30/06/2016	5.922	183.244	189.166

NOTA 30 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia efetuou transações com partes relacionadas, incluindo compra e venda de energia elétrica, além de transações de empréstimos e financiamentos. A energia elétrica vendida é baseada em tarifas homologadas pela ANEEL.

30.1. As transações com as partes relacionadas em que a Companhia possui participação societária são as seguintes:

	30/06/2016			31/12/2015		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A.	-	-	(833)	24	160	125
Serviços prestados	-	-	-	24	-	-
Uso da rede de transmissão	-	-	(833)	-	160	(2.126)
Outros	-	-	-	-	-	2.251
Belo Monte Transmissora de Energia S.P.E.	-	-	(600)	-	-	-
Outros	-	-	(600)	-	-	-
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	61	-	(451)	106	88	2.347
Uso da rede de transmissão	-	-	(451)	-	88	(1.176)
Serviços prestados	61	-	-	106	-	-
Outros	-	-	-	-	-	3.523
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	302	-	1	57	-	517
Serviços prestados	1	-	1	1	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	254	-	-	-	-	-
Uso da rede de transmissão	47	-	-	56	-	507
Outros	-	-	-	-	-	10
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.	56	-	-	67	-	604
Serviços prestados	1	-	-	1	-	-
Uso da rede de transmissão	55	-	-	66	-	593
Outros	-	-	-	-	-	11
Companhia Energética SINOP S.A.	108.535	-	-	36.750	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	108.535	-	-	36.750	-	-
Energética Águas da Pedra S.A.	863	-	-	172	-	1.557
Serviços prestados	708	-	-	-	-	-
Uso da rede de transmissão	155	-	-	172	-	1.557
Integração Transmissora de Energia S.A.	286	-	-	317	648	(2.756)
Uso da rede de transmissão	-	-	-	-	648	(6.429)
Serviços prestados	286	-	-	317	-	-
Outros	-	-	-	-	-	3.673
Linha Verde Transmissora de Energia S.A.	104.932	-	6.823	98.117	19	49.506
Financiamentos e Empréstimos	104.932	-	6.823	98.109	-	13.954
Serviços prestados	-	-	-	8	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	35.563
Uso da rede de transmissão	-	-	-	-	19	(29)
Outros	-	-	-	-	-	18
Manaus Transmissora de Energia S.A.	1.466	-	-	1.396	800	(6.698)
Uso da rede de transmissão	-	-	-	-	792	(9.154)
Adiantamento para futuro aumento de capital	399	-	-	329	-	2.573
Dispêndios a reembolsar, empregados cedidos e PPRS	1.067	-	-	1.067	-	-
Outros	-	-	-	-	8	(117)
Norte Energia S.A.	732	-	-	444	-	39.681
Serviços prestados	-	-	-	40	-	-
Uso da rede de transmissão	732	-	-	374	-	423
Outros	-	-	-	30	-	39.258
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	-	-	(2.647)	-	1.459	(14.636)
Uso da rede de transmissão	-	-	(2.647)	-	1.459	(14.636)
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	-	-	(560)	-	214	(2.221)
Uso da rede de transmissão	-	-	(560)	-	214	(2.221)
Transnorte Energia S.A.	-	-	(125)	-	36	(186)
Uso da rede de transmissão	-	-	(125)	-	36	(186)
Previnorte Fundação de Previdência Complementar	202	5.690	-	7.174	-	-
Dispêndios a reembolsar, empregados cedidos e PPRS	48	-	-	-	-	-
Outros	154	5.690	-	7.174	-	-
Caixa de Assistência do Setor Elétrico (E-Vida)	4.976	1.143	-	-	-	-
Dispêndios a reembolsar, empregados cedidos e PPRS	4.976	1.143	-	-	-	-
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	49	-	-	1	-	10
Uso da rede de transmissão	48	-	-	-	-	-
Serviços prestados	1	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	1	-	10
TOTAL	222.460	6.833	1.608	144.625	3.424	67.850

30.2. As transações com as outras partes relacionadas são as seguintes:

	30/06/2016			31/12/2015		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Amazonas Distribuidora de Energia S.A.	16.754	-	-	19.532	-	4.639
Uso da rede de transmissão	1.326	-	-	939	-	4.639
Dispêndios a reembolsar, empregados cedidos e PPRS	15.428	-	-	18.593	-	-
Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A.	2.721	-	-	1.460	-	-
Dispêndios a reembolsar, empregados cedidos e PPRS	2.721	-	-	1.460	-	-
Boa Vista Energia S.A.	451.822	3	113.422	371.358	194	188.828
Suprimento de energia elétrica	124.375	-	113.422	81.515	-	188.828
Outros	327.447	3	-	289.843	194	-
Cia. Energética de Alagoas S.A. - Ceal	15.478	-	21.785	7.569	-	42.874
Suprimento de energia elétrica	15.250	-	21.785	7.301	-	41.045
Uso da rede de transmissão	228	-	-	174	-	1.829
Outros	-	-	-	94	-	-
Cia. Energética de Goiás S.A. - Celg	11.617	-	36.540	11.000	109	92.750
Suprimento de energia elétrica	10.323	-	32.687	9.625	-	82.237
Dispêndios a reembolsar, empregados cedidos e PPRS	88	-	-	93	-	-
Uso da rede de transmissão	1.206	-	3.853	1.274	109	10.513
Outros	-	-	-	8	-	-
Cia. Energética do Piauí S.A. - Cepisa	12.805	-	8.195	4.297	-	19.858
Suprimento de energia elétrica	5.986	-	8.195	3.916	-	17.047
Uso da rede de transmissão	425	-	-	281	-	2.811
Dispêndios a reembolsar, empregados cedidos e PPRS	6.394	-	-	13	-	-
Outros	-	-	-	87	-	-
Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - Ceron	2.117.525	-	134.066	1.986.273	-	671.821
Suprimento de energia elétrica	24	-	112	19	-	207
Uso da rede de transmissão	1.406	-	35	1.372	-	12.352
Contas a receber (operação termonorte)	2.116.095	-	133.919	1.984.660	-	659.262
Outros	-	-	-	222	-	-
Cia. de Geração Térmica de Energia Elétrica S.A. - Cgtee	109.343	-	19.815	119.216	-	208.756
Suprimento de energia elétrica	109.065	-	19.815	113.913	-	206.302
Uso da rede de transmissão	263	-	-	298	-	2.454
Dispêndios a reembolsar, empregados cedidos e PPRS	15	-	-	16	-	-
Outros	-	-	-	4.989	-	-
Cia. Hidro Elétrica do São Francisco S.A. - Chesf	3.385	-	(15.080)	3.805	2.967	8.131
Uso da rede de transmissão	3.238	-	(15.080)	3.682	2.967	8.131
Dispêndios a reembolsar, empregados cedidos e PPRS	147	-	-	123	-	-
Cia. de Eletricidade do Acre S.A. - Eletroacre	604	-	163	504	-	4.622
Dispêndios a reembolsar, empregados cedidos e PPRS	49	-	-	-	-	-
Suprimento de energia elétrica	42	-	139	26	-	257
Uso da rede de transmissão	513	-	24	478	-	4.365
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras	7.398	4.326.056	(205.130)	14.785	4.534.004	(232.473)
Emprestimos e financiamentos	-	2.678.736	(101.273)	-	2.986.067	(232.473)
Dispêndios a reembolsar, empregados cedidos e PPRS	7.398	-	-	14.785	-	-
Obrigações com a Controladora	-	1.647.320	(103.857)	-	1.543.463	-
Outros	-	-	-	-	4.474	-
Eletrobras Termonuclear S.A. - Eletronuclear	670	-	-	543	-	5.717
Uso da rede de transmissão	462	-	-	525	-	5.717
Dispêndios a reembolsar, empregados cedidos e PPRS	208	-	-	18	-	-
Eletrobras Participações S.A. - Eletropar	-	-	-	11.574	-	-
Outros	-	-	-	11.574	-	-
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	196	120.385	(11)	404	341.322	(38.163)
Uso da rede de transmissão	67	-	-	76	2.941	(38.211)
Dispêndios a reembolsar, empregados cedidos e PPRS	129	-	-	310	-	-
Serviços prestados	-	-	(12)	18	-	-
Aquisição de ativos	-	120.385	-	-	238.093	-
Outros	-	-	1	-	100.288	48
Furnas Centrais Elétricas S.A.	3.228	-	-	4.828	3.555	(11.784)
Uso da rede de transmissão	3.143	-	-	3.573	3.555	(11.784)
Dispêndios a reembolsar, empregados cedidos e PPRS	85	-	-	102	-	-
Serviços prestados	-	-	-	1.153	-	-
Itaipu Binacional S.A.	29	-	-	38	-	-
Dispêndios a reembolsar, empregados cedidos e PPRS	29	-	-	38	-	-
TOTAL	2.753.575	4.446.444	113.765	2.557.186	4.882.151	965.576

30.3. Remuneração do pessoal chave da Administração

Os gastos com a remuneração dos conselheiros de administração e fiscal e diretores executivos estão demonstrados a seguir:

	CONTROLADORA	
	30/06/2016	30/06/2015
Remuneração dos Diretores e Conselheiros	2.001	1.621
Encargos sociais	18	88
Benefícios	186	173
Outros	10	22
Total	2.215	1.904

NOTA 31 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

31.1. Gestão do Risco de Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. As aquisições e vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e de debêntures (contemplando as dívidas de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Financiamentos, empréstimos e debêntures	17/18	4.801.789	5.011.959	5.001.267	5.208.536
(-) Caixa e equivalentes de caixa	4	(17.692)	(51.683)	(18.534)	(70.633)
Dívida líquida		4.784.097	4.960.276	4.982.733	5.137.903
Patrimônio líquido		14.586.146	11.974.681	14.586.146	11.974.681
Total do capital		19.370.243	16.934.957	19.568.879	17.112.584
Índice de alavancagem financeira		25%	29%	25%	30%

31.2. Classificação por categoria de instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados em categorias de ativos e passivos financeiros, os quais contemplam inclusive os instrumentos derivativos, conforme segue:

ATIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Empréstimos e recebíveis		12.518.350	8.996.843	13.182.355	9.612.311
Clientes	6	1.277.601	1.039.844	1.283.167	1.040.162
Financiamentos e empréstimos	17	104.932	98.109	4.147	2.881
Ativo financeiro concessões de serviço público	7	8.511.337	5.395.400	9.266.013	6.102.270
Crédito junto à Ceron	11	2.116.095	1.984.659	2.116.095	1.984.659
Outros ativos	10	508.385	478.831	512.933	482.339
Mensurados a valor justo por meio do resultado		668.510	1.162.928	669.102	1.181.878
Caixa e equivalentes de caixa	4	17.692	51.683	18.534	70.633
Instrumentos financeiros derivativos	9	141.538	46.311	141.538	46.311
Títulos e valores mobiliários	5	509.280	1.064.934	509.030	1.064.934
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)					
Mensurados ao Custo Amortizado		7.225.248	6.794.000	7.428.920	6.993.611
Fornecedores	16	796.987	917.088	801.150	919.989
Financiamentos e empréstimos	17	4.801.789	4.792.156	5.001.267	4.988.733
Debêntures	18	202.231	219.803	202.231	219.803
Outros passivos	23	1.424.241	864.953	1.424.272	865.086
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado		53.856	80.269	53.856	80.269
Instrumentos financeiros derivativos	9	53.856	80.269	53.856	80.269

31.2.1. Ativos Financeiros

- Caixa e Equivalentes de caixa:** mantidos para negociação em curto prazo e mensurados pelo valor justo, sendo os seus efeitos reconhecidos diretamente no resultado.
- Títulos e valores mobiliários – Curto e Longo Prazo** – usualmente mantidos para negociação em curto prazo e mensurados pelo valor justo, sendo os seus efeitos reconhecidos diretamente no resultado.
- Clientes:** são registrados pelo seu valor nominal, prováveis de realização. Os créditos renegociados são registrados assumindo a intenção de mantê-los até o vencimento, pelos seus valores prováveis de realização, similares aos valores justos.
- Financiamentos e empréstimos concedidos:** são ativos financeiros com recebimentos fixos ou determináveis, sendo seus valores mensurados pelo custo amortizado, mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.

Os financiamentos concedidos estão restritos às concessionárias de serviço público de energia elétrica e, desta forma, a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital da empresa) é definida levando em conta prêmio de risco compatível com as atividades do setor. Na impossibilidade de buscar alternativas que não o próprio setor elétrico, o valor presente desses empréstimos corresponde ao seu valor contábil.

- e) **Ativos financeiros da concessão:** são ativos financeiros que representam o direito incondicional de receber uma determinada quantia ao final do prazo da concessão. São classificados como empréstimos e recebíveis.
- f) **Derivativos:** são mensurados pelo valor justo e seus efeitos reconhecidos diretamente no resultado ou no patrimônio líquido, dependendo do tipo de cada designação de *hedge* (se *hedge* de fluxo de caixa ou de valor justo).
- g) **Demais ativos financeiros:** são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, e seus valores justos são similares aos seus valores contábeis.

31.2.2. Passivos Financeiros

- a) **Fornecedores:** são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.
- b) **Empréstimos e financiamentos:** são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Nessa classificação de passivo financeiro destacam-se os empréstimos e financiamentos obtidos junto às instituições financeiras, notadamente no exterior, e aos fundos setoriais, em especial a RGR. Os valores de mercado dos empréstimos e financiamentos obtidos são similares aos seus valores contábeis.

Os financiamentos captados são contratados junto à Controladora da Companhia. Os demais empréstimos são captados a taxas de mercado, fazendo com que o valor contábil seja próximo ao seu valor presente.

A Companhia finalizou o exercício com contratos passivos, entre empréstimos, financiamentos e debêntures, que totalizam R\$ 4.829.825 (2015 - R\$ 5.011.959), e apresentam o equivalente em US\$ (dólar) conforme demonstrado a seguir:

Moeda	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	US\$ (equivalentes)	R\$	%	US\$ (equivalentes)	R\$	%
Dólar Norte-Americano	118.860	381.444	8%	118.860	381.444	7%
Real	1.390.709	4.463.063	89%	1.452.867	4.662.541	90%
Iene	49.704	159.511	3%	49.704	159.511	3%
Euro	1	2	0%	1	2	0%
	1.559.274	5.004.020	100%	1.621.432	5.203.498	100%

- c) **Demais passivos financeiros:** são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, e seus valores justos são similares aos seus valores contábeis.

31.3. Gestão de Riscos Financeiros

No exercício de suas atividades, a Companhia é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros da Companhia.

Para a gestão de riscos financeiros, a Companhia definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela Administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida definidos para os fluxos econômico-financeiros.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

31.3.1. Risco de taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia ter seus demonstrativos econômico-financeiros impactados por flutuações nas taxas de câmbio. A Companhia apresenta exposição a riscos financeiros que causam volatilidade em suas demonstrações contábeis bem como em seu fluxo de caixa. A Companhia apresenta relevante exposição entre ativos e passivos indexados à moeda estrangeira, em especial ao dólar norte americano, proveniente principalmente de contratos de financiamento. Adicionalmente, existem exposições à taxa de juros em Euro e Iene, relativas a contratos de captação externa (nota 17.4).

Com isso, a referida política visa que os resultados da Companhia reflitam fielmente o seu real desempenho operacional e que o seu fluxo de caixa projetado apresente menor volatilidade.

Exposição à moeda estrangeira	CONTROLADORA / CONSOLIDADO	
	30/06/2016	31/12/2015
Passivos		
Dólar norte-americano	381.444	490.367
Euro	2	5
Iene	159.511	174.886
Total	540.957	665.258
Passivo líquido exposto	540.957	665.258

31.3.2. Risco de taxa de juros

Esse risco está associado à possibilidade da Companhia contabilizar perdas em razão de oscilações das taxas de juros de mercado, impactando seus demonstrativos pela elevação das despesas financeiras, relativas a contratos de captação externa. A Companhia monitora a sua exposição às taxas operadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item de análise de sensibilidade desta nota explicativa.

31.3.3. Risco de *commodities*

A Companhia celebrou, no exercício de 2004, contratos de longo prazo para fornecimento de energia elétrica a três de seus principais clientes. Esses contratos de longo prazo estão associados ao preço internacional do alumínio, cotado na LME, como ativo básico para fins de definição dos valores mensais dos contratos.

Os detalhes dos contratos são os seguintes:

CLIENTE	CONTROLADORA / CONSOLIDADO		
	Data do contrato		Volume em Megawatts Médios (MW)
	Inicial	Final	
Albrás	01/07/2004	31/12/2024	750 até 31/12/2006 e 800 a partir de 01/01/2007
BHP	01/07/2004	31/12/2024	de 353,08 a 492

Esses contratos incluem o conceito de *cap and floor band*, relacionado ao preço do alumínio cotado na LME. O preço limite máximo e mínimo da LME está limitado a US\$ 2,773. 21/ton e US\$ 1,450/ton, respectivamente.

O ganho apurado na operação com derivativos no exercício é de R\$ 95.227 (2015 – perda de R\$ 96.294) e está apresentada na demonstração do resultado do exercício (nota 27). A posição patrimonial líquida apresentada é ativa em R\$ 87.682 (2015 – posição passiva líquida R\$ 33.958).

31.3.4. Risco de crédito

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade na realização de seus recebíveis junto a clientes, bem como da inadimplência de instituições financeiras contrapartes em operações.

A exposição ao risco de crédito da Companhia está demonstrada abaixo:

Ativos (Circulante / Não Circulante)	Saldos em 30 de junho de 2016
Caixa e equivalentes de caixa	17.692
Títulos e valores mobiliários	509.280
Clientes	1.277.601
Ativo financeiro-concessão de serviço público	8.511.337
Créditos junto à Ceron	2.116.095
Outros ativos	508.385
Total	12.940.390

Caixa e equivalentes de caixa: Em eventuais relações com instituições financeiras, a Companhia tem como prática a realização de operações somente com instituições de baixo risco avaliadas por agências de rating e que atendam a requisitos patrimoniais previamente definidos e formalizados. Adicionalmente, são definidos limites de crédito que são revisados periodicamente.

Títulos e Valores Mobiliários: As disponibilidades de caixa são aplicadas em um fundo extramercado, conforme normativo específico do Banco Central do Brasil. Esse fundo é composto na sua totalidade por títulos públicos custodiados na Selic, não havendo exposição ao risco de contraparte.

Clientes: A Companhia, através de suas controladas, atua nos mercados de geração e transmissão de energia elétrica amparada em contratos firmados em ambiente regulado. A Companhia busca minimizar seus riscos de crédito através de mecanismos de garantia envolvendo recebíveis de seus clientes e, quando aplicável, através de fianças bancárias.

Ativo financeiro-concessão de serviço público: O poder concedente delegou às geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, deste modo o risco de crédito é baixo.

Indenização de concessões e direito de ressarcimento: O valor referente às indenizações a receber e do direito de ressarcimento serão quitados pelo Poder Público, deste modo, o risco de crédito associado a esta operação é baixo.

Créditos junto à Ceron: Esse créditos foram objetos de dação em pagamento de dividendos à Eletrobras, conforme definido e aprovado em AGE (nota 11).

Outros ativos: Os valores transacionados e registrados em outros ativos são, normalmente, de baixa relevância, e quando há expectativa de não recebimento por parte da Companhia, tais valores são provisionados. A partir deste momento a Companhia inicia o processo de renegociação destes valores.

31.3.5. Risco de liquidez

As necessidades de liquidez da Companhia são de responsabilidade das áreas de tesouraria e de captação de recursos, que atuam alinhadas no monitoramento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazo, previstos e realizados, buscando evitar eventuais descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as suas necessidades operacionais.

As datas de vencimento dos instrumentos financeiros derivativos estão divulgadas na nota 9. A tabela abaixo mostra os passivos financeiros não derivativos da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros a incorrer e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado é obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

		CONTROLADORA				
		30/06/2016				
		Nota	ATÉ 1 ANO	DE 1 A 2 ANOS	DE 2 A 5 ANOS	MAIS DE 5 ANOS
PASSIVOS FINANCEIROS						
(Circulante / Não Circulante)						
Mensurados ao Custo Amortizado			1.956.954	1.092.568	1.606.596	2.774.404
Fornecedores	16		543.821	164.216	88.950	-
Financiamentos e empréstimos	17		661.062	295.255	1.369.543	2.475.929
Debêntures	18		13.650	10.300	41.200	137.081
Folha de pagamento e obrigações estimadas			194.055	7.637	3.582	-
Outros passivos	23		544.366	615.160	103.321	161.394
Mensurados a valor justo por meio do resultado			113	53.743	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	9		113	53.743	-	-

		CONTROLADORA				
		31/12/2015				
		Nota	ATÉ 1 ANO	DE 1 A 2 ANOS	DE 2 A 5 ANOS	MAIS DE 5 ANOS
PASSIVOS FINANCEIROS						
(Circulante / Não Circulante)						
Mensurados ao Custo Amortizado			1.923.660	1.494.575	1.572.419	2.239.466
Fornecedores	16		584.532	164.216	168.340	-
Financiamentos e empréstimos	17		601.457	1.043.046	1.210.203	1.937.450
Debêntures	18		14.555	10.300	41.200	153.748
Folha de pagamento e obrigações estimadas			245.395	7.637	7.633	-
Outros passivos	23		477.721	269.376	145.043	148.268
Mensurados a valor justo por meio do resultado			1.748	78.521	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	9		1.748	78.521	-	-

		CONSOLIDADO			
		30/06/2016			
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)		ATÉ 1 ANO	DE 1 A 2 ANOS	DE 2 A 5 ANOS	MAIS DE 5 ANOS
Mensurados ao Custo Amortizado		1.969.026	1.112.250	1.663.530	2.889.388
Fornecedores	16	547.984	164.216	88.950	-
Financiamentos e empréstimos	17	668.940	314.937	1.426.477	2.590.913
Debêntures	18	13.650	10.300	41.200	137.081
Folha de pagamento e obrigações estimadas		194.055	7.637	3.582	-
Outros passivos	23	544.397	615.160	103.321	161.394
Mensurados a valor justo por meio do resultado		113	53.743	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	9	113	53.743	-	-

		CONSOLIDADO			
		31/12/2015			
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)		ATÉ 1 ANO	DE 1 A 2 ANOS	DE 2 A 5 ANOS	MAIS DE 5 ANOS
Mensurados ao Custo Amortizado		2.022.841	1.507.398	1.613.960	2.365.497
Fornecedores	16	587.433	164.216	168.340	-
Financiamentos e empréstimos	17	697.737	1.055.869	1.251.744	2.063.481
Debêntures	18	14.555	10.300	41.200	153.748
Folha de pagamento e obrigações estimadas		245.395	7.637	7.633	-
Outros passivos	23	477.721	269.376	145.043	148.268
Mensurados a valor justo por meio do resultado		1.748	78.521	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	9	1.748	78.521	-	-

31.4. Análise de Sensibilidade dos instrumentos financeiros

Nos quadros a seguir foram considerados cenários para índices e taxas, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Para a análise de sensibilidade, utilizou-se como cenário provável para 2016 previsões e/ou estimativas baseadas, fundamentalmente, em premissas macroeconômicas obtidas do Relatório Focus, divulgado pelo Banco Central.

31.4.1. Empréstimos obtidos

Foram realizadas análises de sensibilidade dos contratos de empréstimos e financiamentos em quatro diferentes cenários: dois com elevação das moedas-indexadores do saldo devedor e dois com diminuição dessas moedas-indexadores. As análises limitaram-se aos contratos obtidos que apresentem exposição à taxa de câmbio e índice de preços.

31.4.1.1. Depreciação dos índices - Empréstimos obtidos (em centavos e percentuais)

CONTROLADORA							
Contratos Obtidos - Var. Positiva - 30/06/2016			Indexador			Saldo R\$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo \$ mil	Saldo R\$ mil	Provável 2016	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário III (-25%)	Cenário IV (-50%)
Dolar(R\$/US\$)	118.860	381.444	3,4000	2,550	1,700	303.092	202.061
IPCA	-	1.802.154	7,26%	0,054	0,036	1.900.281	1.867.572
TJLP	-	1.032.856		0,000	0,000	1.032.856	1.032.856
SELIC	-	4.232	13,25%	0,099	0,066	4.653	4.512
EURO(R\$/€)	1	2	4,4642	3,348	2,232	2	1
IENE(R\$/¥)	5.109.257	159.511	0,0334	0,025	0,017	127.987	85.325
TOTAL		3.380.199				3.368.871	3.192.327

CONTROLADORA							
Contratos Obtidos - Var. Positiva - 2015			Indexador			Saldo R\$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo \$ mil	Saldo R\$ mil	Provável 2016	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário III (-25%)	Cenário IV (-50%)
Dolar(R\$/US\$)	184.439	490.367	4,2500	3,188	2,125	587.898	391.932
IPCA	-	1.856.353	6,93%	0,052	0,035	1.952.837	1.920.676
TJLP	-	1.228.691	7,00%	0,053	0,035	1.293.197	1.271.695
SELIC	-	72.874	15,25%	0,114	0,076	81.209	78.431
EURO(R\$/€)	2	5	4,7807	3,585	2,390	6	4
IENE(R\$/¥)	7.877.748	174.886	0,0354	0,027	0,018	209.253	139.502
TOTAL		3.823.176				4.124.400	3.802.240

CONSOLIDADO							
Contratos Obtidos - Var. Positiva - 30/06/2016			Indexador			Saldo R\$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo \$ mil	Saldo R\$ mil	Provável 2016	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário III (-25%)	Cenário IV (-50%)
Dolar(R\$/US\$)	118.860	381.444	3,4000	2,550	1,700	303.092	202.061
IPCA	-	1.802.154	7,26%	0,054	0,036	1.900.281	1.867.572
TJLP	-	1.032.856	0,00%	0,000	0,000	1.032.856	1.032.856
SELIC	-	4.232	13,25%	0,099	0,066	4.653	4.512
EURO(R\$/€)	1	2	4,4642	3,348	2,232	2	1
IENE(R\$/¥)	5.109.257	159.511	0,0334	0,025	0,017	127.987	85.325
TOTAL		3.380.199				3.368.871	3.192.327

CONSOLIDADO							
Contratos Obtidos - Var. Positiva - 2015			Indexador			Saldo R\$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo \$ mil	Saldo R\$ mil	Provável 2016	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário III (-25%)	Cenário IV (-50%)
Dolar(R\$/US\$)	184.439	490.367	4,2500	3,188	2,125	587.898	391.932
IPCA	-	1.856.353	6,93%	0,052	0,035	1.952.837	1.920.676
TJLP	-	1.228.691	7,00%	0,053	0,035	1.293.197	1.271.695
SELIC	-	72.874	15,25%	0,114	0,076	81.209	78.431
EURO(R\$/€)	2	5	4,7807	3,585	2,390	6	4
IENE(R\$/¥)	7.877.748	174.886	0,0354	0,027	0,018	209.253	139.502
TOTAL		3.823.176				4.124.400	3.802.240

31.4.1.2. Apreciação dos índices - Empréstimos obtidos (em centavos e percentuais)

CONTROLADORA

Contratos Obtidos - Var. Positiva - 30/06/2016			Indexador			Saldo R\$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo \$ mil	Saldo R\$ mil	Provável 2016	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Dolar(R\$/US\$)	118.860	381.444	3,4000	4,250	5,100	505.153	606.184
IPCA	-	1.802.154	7,26%	0,091	0,109	1.965.699	1.998.409
TJLP	-	1.032.856	0,00%	0,000	0,000	1.032.856	1.032.856
SELIC	-	4.232	13,25%	0,166	0,199	4.933	5.073
EURO(R\$/€)	1	2	4,4642	5,580	6,696	3	4
IENE(R\$/¥)	5.109.257	159.511	0,0334	0,042	0,050	213.311	255.974
TOTAL		3.380.199				3.721.955	3.898.500

CONTROLADORA

Contratos Obtidos - Var. Positiva - 2015			Indexador			Saldo R\$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo \$ mil	Saldo R\$ mil	Provável 2016	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Dolar(R\$/US\$)	184.439	490.367	4,2500	5,313	6,375	979.830	1.175.796
IPCA	-	1.856.353	6,93%	0,087	0,104	2.017.160	2.049.321
TJLP	-	1.228.691	7,00%	0,088	0,105	1.336.201	1.357.704
SELIC	-	72.874	15,25%	0,191	0,229	86.766	89.544
EURO(R\$/€)	2	5	4,7810	5,976	7,171	9	11
IENE(R\$/¥)	7.877.748	174.886	0,0350	0,044	0,053	348.754	418.505
TOTAL		3.823.176				4.768.721	5.090.881

CONSOLIDADO

Contratos Obtidos - Var. Positiva - 30/06/2016			Indexador			Saldo R\$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo \$ mil	Saldo R\$ mil	Provável 2016	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Dolar(R\$/US\$)	118.860	381.444	3,4000	4,250	5,100	505.153	606.184
IPCA	-	1.802.154	7,26%	0,091	0,109	1.965.699	1.998.409
TJLP	-	1.032.856	0,00%	0,000	0,000	1.032.856	1.032.856
SELIC	-	4.232	13,25%	0,166	0,199	4.933	5.073
EURO(R\$/€)	1	2	4,4642	5,580	6,696	3	4
IENE(R\$/¥)	5.109.257	159.511	0,0334	0,042	0,050	213.311	255.974
TOTAL		3.380.199				3.721.955	3.898.500

CONSOLIDADO

Contratos Obtidos - Var. Positiva - 2015			Indexador			Saldo R\$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo \$ mil	Saldo R\$ mil	Provável 2016	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Dolar(R\$/US\$)	184.439	490.367	4,2500	5,313	6,375	979.830	1.175.796
IPCA	-	1.856.353	6,93%	0,087	0,104	2.017.160	2.049.321
TJLP	-	1.228.691	7,00%	0,088	0,105	1.336.201	1.357.704
SELIC	-	72.874	15,25%	0,191	0,229	86.766	89.544
EURO(R\$/€)	2	5	4,7810	5,976	7,171	9	11
IENE(R\$/¥)	7.877.748	174.886	0,0350	0,044	0,053	348.754	418.505
TOTAL		3.823.176				4.768.721	5.090.881

31.4.2. Derivativos embutidos

31.4.2.1. Indexados ao preço do alumínio

Foram realizadas análises de sensibilidade dos contratos de fornecimento de energia dos consumidores eletrointensivos Albras e BHP, por possuírem cláusula contratual referente ao prêmio por variação do preço do alumínio no mercado internacional (nota 33.3.3).

Desta forma, foi sensibilizada para tais contratos híbridos uma variação sobre o preço do prêmio auferido, conforme tabela abaixo. Os componentes de volatilidade do prêmio basicamente são: preço do alumínio primário na LME, câmbio e CDI. Abaixo é possível verificar o impacto de cada cenário no resultado da Companhia.

Para o cenário II (redução de 50%) o preço esperado para a tonelada de alumínio ofertada na LME fica abaixo do preço mínimo para aferição de prêmio contratual (US\$ 1.450), logo o valor tende a zero, impactando na marcação a mercado do derivativo embutido.

Quanto à variação obtida entre os cenários III e IV (aumento de 25% e 50%), a grande variação apresentada refere-se à aplicação dos referidos percentuais nos valores de câmbio, preço de alumínio e CDI.

As análises de sensibilidade foram elaboradas como estabelece a Instrução CVM 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Trata-se, portanto, de projeções baseadas em avaliações de cenários macroeconômicos, não significando que as transações terão os valores apresentados no prazo de análise considerado.

CONTROLADORA / CONSOLIDADO					
	30/06/2016	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
2016	141.538	-	-	562.073	764.480
2015	46.311	-	-	400.552	603.139

31.4.2.2. Debêntures

Foram realizadas análises de sensibilidade do contrato de debêntures, por possuírem cláusula contratual referente à possibilidade da conversão destas debêntures em ações da Companhia (nota 9.2).

Na análise a seguir foram considerados cenários para a TJLP com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Para a análise de sensibilidade utilizou-se como cenário provável as previsões e/ou estimativas baseadas fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do Relatório FOCUS, divulgado pelo Banco Central.

Foram realizadas análises de sensibilidade para a curva de pagamento do serviço da dívida contratada com o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), por possuírem cláusula contratual referente à opção de conversibilidade em 50% em ações da companhia na data da efetiva liquidação do papel.

De acordo com o CPC 38, os contratos híbridos que tenham a eles associados elementos voláteis, sejam eles índices de preços e/ou *commodities*, devem ser marcados a mercado. Com isso, as demonstrações financeiras passam a refletir o valor justo da operação em cada data avaliada.

Desta forma, foi sensibilizada para o contrato uma variação sobre a expectativa de realização da TJLP.

Abaixo é possível verificar o impacto de cada cenário no resultado da Companhia.

As análises de sensibilidade foram elaboradas como estabelece a Instrução CVM 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Trata-se, portanto, de projeções baseadas em avaliações de cenários macroeconômicos, não significando que as transações terão os valores apresentados no prazo de análise considerado.

CONTROLADORA / CONSOLIDADO					
	30/06/2016	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
2016	53.856	45.899	37.123	60.749	66.576
2015	80.269	70.981	59.963	87.874	94.045

31.5. Estimativa do Valor Justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a PCLD, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros, pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

		CONTROLADORA							
		30/06/2016				31/12/2015			
(Circulante / Não circulante)	Nota	NIVEL 1	NIVEL 2	NIVEL 3	Total	NIVEL 1	NIVEL 2	NIVEL 3	Total
ATIVOS FINANCEIROS									
Mensurados a valor justo por meio do resultado									
Caixa e equivalentes de caixa	4	17.692	-	-	17.692	51.683	-	-	51.683
Títulos e valores mobiliários	5	509.280	-	-	509.280	1.065.174	-	-	1.065.174
Instrumentos financeiros derivativos	9	-	141.538	-	141.538	-	46.311	-	46.311
PASSIVOS FINANCEIROS									
Mensurados a valor justo por meio do resultado									
Instrumentos financeiros derivativos	9	-	53.856	-	53.856	-	80.269	-	80.269
		CONSOLIDADO							
		30/06/2016				31/12/2015			
(Circulante / Não circulante)		NIVEL 1	NIVEL 2	NIVEL 3	Total	NIVEL 1	NIVEL 2	NIVEL 3	Total
ATIVOS FINANCEIROS									
Mensurados a valor justo por meio do resultado									
Caixa e equivalentes de caixa	4	18.534	-	-	18.534	70.633	-	-	70.633
Títulos e valores mobiliários	5	509.280	-	-	509.280	1.065.174	-	-	1.065.174
Instrumentos financeiros derivativos	9	-	141.538	-	141.538	-	46.311	-	46.311
PASSIVOS FINANCEIROS									
Mensurados a valor justo por meio do resultado									
Instrumentos financeiros derivativos	9	-	53.856	-	53.856	-	80.269	-	80.269

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo, e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

NOTA 32 – EVENTOS SUBSEQUENTES

32.1 Incorporação da investida Linha Verde Transmissora de Energia S.A.

Até 30 de junho de 2016 a Companhia não havia recebido o de acordo do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST) para a realização da incorporação da investida Linha Verde Transmissora de Energia S.A.

O DEST emitiu sua aprovação no dia 08 de julho de 2016, assim a Companhia prevê o processamento da incorporação da investida no próximo trimestre de 2016.

32.2 Comunicado ao mercado Eletrobras sobre as concessões das Distribuidoras de Energia

Em 25 de julho de 2016, a Eletrobras comunicou ao mercado sobre a decisão de não renovar as concessões das Distribuidoras de Energia Companhia Energética do Piauí – CEPISA, Companhia Energética de Alagoas – CEAL, Companhia de Eletricidade do Acre – ELETROACRE, Centrais Elétricas de Rondônia S.A – CERON, Boa Vista Energia S.A e Amazonas Distribuidora de Energia S.A, tal decisão foi tomada na 165ª AGE da Companhia realizada em 22 de julho de 2016.

Na referida AGE os acionistas da Eletrobras resolveram aprovar, por maioria, a transferência do controle acionário, até 31 de dezembro de 2017, das Distribuidoras Companhia Energética do Piauí – CEPISA; Companhia Energética de Alagoas – CEAL; Companhia de Eletricidade do Acre – ELETROACRE; Centrais Elétricas de Rondônia S.A – CERON; Boa Vista Energia S.A; e Amazonas Distribuidora de Energia S.A, desde que, até a transferência da distribuidora para o novo controlador, a distribuidora receba diretamente, da União Federal ou através de tarifa, todos os recursos e remuneração necessários para operar, manter e fazer investimentos que forem relacionados aos serviços públicos da respectiva distribuidora, mantendo o equilíbrio econômico e financeiro da Distribuidora, sem qualquer aporte de recursos, a qualquer título, pela Eletrobras.

A Eletronorte é detentora de créditos significativos junto à Distribuidora CERON (nota 11), mas a decisão da Eletrobras não implica risco no não recebimento dos referidos créditos, pois se trata de transferência, alteração ou manutenção de controle acionário e as obrigações da Distribuidora estão lastreadas em contrato específico.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os Diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nestas demonstrações financeiras.

Brasília – DF, 15 de agosto de 2016.

TITO CARDOSO DE OLIVEIRA NETO
Diretor Presidente

ANTONIO M. A. BARRA
Diretor Econômico-Financeiro

WILSON FERNANDES DE PAULA
Diretor de Planejamento e Engenharia

ASTROGILDO FRAGUGLIA QUENTAL
Diretor de Gestão Corporativa

WILLAMY MOREIRA FROTA
Diretor de Operação

SUPERINTENDÊNCIA DE CONTABILIDADE

HUGO LEONARDO DA SILVA VEDANA
Contador - CRC-DF-017943/O-1